

ORGANISATION OF AFRICAN UNITY
ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA



ORGANISATION DE L' UNITE AFRICAINE
منظمة الوحدة الإفريقية

Addis Ababa, ETHIOPIA

P. O. Box 3243

Telephone 517 700

Fax: 251-1-51 30 39

CONSELHO DE MINISTROS
Septuagésima-Sétima Sessão Ordinária/
Décima Primeira Sessão Ordinária da AEC
4 - 6 de Julho de 2002

DURBAN, ÁFRICA DO SUL

CM/Rpt (LXXVI)

RELATÓRIO DO RELATOR DA
SEPTUAGÉSIMA-SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA

RELATÓRIO DA SEPTUAGÉSIMA-SEXTA SESSÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS

I. INTRODUÇÃO

1. A Septuagésima-sexta Sessão Ordinária do Conselho de Ministros/Décima-primeira Sessão Ordinária da Comunidade Económica Africana teve lugar no Centro Internacional de Conferências, Durban, África do Sul, de 4 a 6 de Julho de 2002. O Convidado de Honra à Cerimónia de Abertura foi Sr. Jacob Zuma, Vice-presidente da República da África do Sul.

2. Participaram na Sessão os Estados Membros seguintes: Argélia, Angola, África do Sul, Benin, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, República Centro-africana, Comores, Congo, Côte d'Ivoire, República Democrática do Congo, Djibouti, Egipto, Guiné Equatorial, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gana, Guiné, Quênia, Lesotho, Libéria, Líbia, Malawi, Mali, Mauritânia, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, República Árabe Saarawi Democrática, São Tomé e Príncipe, Senegal, Seychelles, Sierra Leone, Somália, Sudão, Swazilândia, Tanzania, Gâmbia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe.

3. Participaram igualmente na reunião as seguintes Comunidades Económicas Regionais: CEN-SAD, COMESA, CEEAC, CEDEAO, IGAD e SADC. Estiveram igualmente representados a Comunidade da África Oriental e o Parlamento da CEDEAO.

4. Participaram na reunião as seguintes Organizações africanas e não africanas: BAD, ECA, OIT, IOM, FAO, PNUD, WIPO, ARI, ITU, OATUU, AFCAC, AAA, IPEP, FEPACI, ONU/OHRLS, ICRC, ONUCCD, ICFTU-AFRO, SCSA, UNESCO, LEA, AFRAA, ICAO, FNUAP, OIF, ATU, OPCW, Commonwealth, PYM, OMC, ACNUR, UNHCHR, UNICEF, UNAIDS, OMS e PNUE.

(a) Cerimónia de Abertura

5. A cerimónia de abertura foi presidida por Sr. Cheik Tidjne Gadio, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Senegal, na sua qualidade de Presidente da Mesa da Septuagésima-Sétima Sessão Ordinária do Conselho de Ministros. Ao dar início aos trabalhos da Reunião, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Senegal pediu ao Convidado de Honra, o Sr. Jacob Zuma, Vice-presidente da República da África do Sul, para proceder à abertura formal da 76ª Sessão Ordinária do Conselho.

Discurso de Abertura do Sr. Jacob Zuma, Vice-presidente da República da África do Sul

6. No seu discurso de abertura, o Sr. Jacob Zuma, Vice-presidente da República da África do Sul e convidado de honra, endereçou calorosos cumprimentos de boas-vindas a todos os Ministros e às suas delegações a Durban e África do Sul, na véspera da 38ª Cimeira da OUA e do lançamento da União Africana. Relembrando o imenso apoio proporcionado à luta de libertação na região austral, o Vice-presidente expressou a sua satisfação do seu país por acolher o Conselho e a Cimeira da OUA; uma organização que sempre constituiu uma fonte de enormes esperanças para os povos africanos. Por conseguinte, o nascimento da União Africana deveria ser a continuação dos objectivos do movimento pan-africano que foi a origem da OUA.

7. Referindo-se aos objectivos iniciais que motivaram a criação da OUA (fim do colonialismo e do apartheid; unidade e solidariedade africana), o Vice-presidente afirmou que a OUA tinha registado grandes avanços a esse respeito. Contudo, as bases lançadas pela OUA precisavam de ser consolidadas para incrementar o esforço do Continente, de modo a enfrentar os desafios do presente, particularmente os conflitos e a globalização.

8. Relativamente à situação de conflito em certas regiões do Continente, o Vice-presidente referiu-se ao progresso e aos desenvolvimentos positivos na República Democrática do Congo, Angola e Burundi; e instou a que mais esforços fossem consagrados à abordagem de outros conflitos remanescentes, incluindo Madagáscar, onde a OUA tomou uma decisão histórica. Tal esforço deveria destacar a necessidade de reforçar o processo de democratização e boa governação no Continente.

9. O Vice-presidente Zuma abordou depois questões relativas ao desenvolvimento social e económico e manifestou preocupação pela diferença cada vez maior que existe entre o Norte rico e o Sul pobre, que foi exacerbada pela globalização. Os níveis baixos e em declínio do rendimento no sul, particularmente em África, combinados com a sua baixa percentagem no comércio mundial, apontou a necessidade dos países desenvolvidos tomarem medidas urgentes para a resolução dos constrangimentos que impedem o desenvolvimento de África, especialmente o cancelamento da dívida, maiores fluxos de recursos (ODA e FDI) e acesso aos mercados e tecnologias.

10. Foi nesse contexto que o Vice-presidente se referiu à NEPAD (um programa da União Africana), como sendo uma resposta abrangente aos desafios que a África enfrenta, com o objectivo de acelerar o processo de realização de desenvolvimento sócio-económico, para a promoção do qual a União Africana foi estabelecida.

11. O Sr. Zuma destacou depois os aspectos salientes da NEPAD e indicou a participação das Organizações da Sociedade Civil, bem como o envolvimento, apoio e empenho do G-8 ao programa.

12. Em conclusão, o Vice-presidente Zuma elogiou os dirigentes africanos pelo seu papel na promoção da NEPAD dentro e fora do Continente e pelo compromisso que conseguiram assegurar do G-8 para o programa, especialmente para que fosse abordada no seu seio a dívida de África, incluindo o cancelamento, bem como a epidemia do HIV/SIDA; o apoio ao processo de democratização e a boa governação, paz e estabilidade no Continente. Afirmou que com a União Africana e boa liderança, haveria um bom alicerce para um grande futuro africano.

Resposta pelo Sr. Ali Said Abdalla, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Eritreia

13. No seu discurso de resposta, Sr. Ali Said Abdella, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Eritreia, em nome do Conselho, exprimiu o reconhecimento e a gratidão de todas as delegações, ao povo e governo da África do Sul, pela calorosa hospitalidade que lhes foi reservada em Durban. Ele apreciou a qualidade das instalações e sublinhou que reflectem não só o nível de desenvolvimento tecnológico notável, registado pela África do Sul, mas demonstram igualmente o seu compromisso de proporcionar um ambiente propício para o sucesso desta importante reunião.

14. O Ministro exprimiu igualmente, em nome de todos os seus colegas, os seus agradecimentos e a sua profunda gratidão e ao Sr. Cheick Tidiane Gadio, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República do Senegal e Presidente cessante, pelo dinamismo e competência revelados na condução dos trabalhos do Conselho. Louvou a sua capacidade de enfrentar todos os desafios no interesse da Unidade Africana, acrescentando que a 76^a Sessão do Conselho de Ministros se reveste de uma importância capital, porque se realiza no território sul-africano, reconhecido pelas suas lutas heróicas contra o colonialismo e o Apartheid e que permitiram o seu acesso à independência há cerca de uma década. Apelou os outros povos africanos no sentido de tirar lições da experiência da África do Sul nas suas lutas pela conquista da sua dignidade humana.

15. Além disso, o Ministro realçou que a 76^a Sessão do Conselho, consagrada ao lançamento da União Africana, deve lançar as bases para a resolução dos numerosos desafios que a África deve continuar a enfrentar, tais como a paz, a segurança, as mudanças inconstitucionais de governos, a luta contra as pandemias, em seguida solicitou todos os países a desenvolverem acções colectivas.

16. Evocando o heroísmo do povo sul-africano e os seus esforços para a promoção da unidade e reconciliação, o Sr. Ali Said Abdalla lançou um apelo à juventude africana, no sentido de procurarem vencer os desafios e consolidarem os fundamentos estabelecidos graças à visão dos pais fundadores da OUA e os sacrifícios consentidos pelos africanos na luta contra a dominação dos povos.

17. Sobre a União Africana, o Ministro afirmou que ela oferece todas as esperanças possíveis ao continente, para finalmente se desembaraçar dos problemas da pobreza e da doença. Solicitou os seus homólogos a manterem-se firmes nesse objectivo da União Africana e reafirmou o compromisso do seu país de não poupar esforços no sentido de assegurar o respeito da dignidade da África. Neste quadro, ele informou o Conselho acerca do desencadear da crise que tinha oposto a Etiópia à Eritreia, que conduziu a uma solução jurídica pacífica. Agradeceu a Organização da Unidade Africana, a Organização das Nações Unidas, a União Europeia e a Comunidade Internacional pelos seus esforços empreendidos para a resolução desse conflito. Lançou-lhes um apelo para que prosseguissem os esforços necessários com vista à implementação efectiva da decisão.

18. Concluindo, o Sr. Ali Said Abdalla referiu-se à feliz coincidência entre a 76ª Sessão e o lançamento da União Africana e a comemoração do 90º aniversário do Congresso Nacional Africano (ANC), tendo aproveitado esta ocasião para felicitar os dirigentes e os membros desse movimento.

Discurso do Sr. Amara Essy - Secretário Geral da Organização da Unidade Africana

19. Ao usar da palavra o Sr. Amara ESSY, Secretário Geral da OUA começou por endereçar os seus agradecimentos ao Presidente cessante do Conselho, pelo apoio acordado ao Secretariado Geral na implementação das Decisões de Lusaka. Expressou de igual modo a sua gratidão ao povo e ao Governo da África do Sul, pela calorosa hospitalidade e excelentes facilidades disponibilizadas ao Secretariado nas várias reuniões da OUA, contribuindo desta feita para o seu pleno sucesso.

20. Ao abordar as actividades levadas a cabo pelo Secretariado Geral no decurso do período em análise, o Sr. Amara Essy passou em revista as questões de foro político e os esforços empreendidos na busca de soluções para os múltiplos problemas que assolam o continente. Ele informou de igual modo ao Conselho sobre a organização das eleições democráticas nas Comores, que coroaram o processo de reconciliação iniciado pela OUA. A esse respeito, Ele saudou a presença do Sr. Mohamed Soeuf Amir no seio do Conselho de Ministros da OUA, e aproveitou também a ocasião para agradecer os países da região e todos os parceiros da OUA, pela valiosa contribuição na resolução da crise comoriana.

21. Em seguida, o Sr. ESSY enalteceu os princípios que tinham nortearam a OUA na busca de solução para a crise Malgache recordando a posição assumida pelo Órgão central, que recomenda um compromisso dos dirigentes desse país na busca de vias e de meios para uma resolução pacífica para a crise. No tocante a República Democrática do Congo, o Secretário-Geral saudou o empenho do Governo Congolês e as partes envolvidas na implementação do Acordo de Cessar-fogo de Lusaka. Saudou igualmente o facilitador do diálogo inter-congoles Sir Ketumile Masire e o Governo Sul-africano pelo empenho político e pelo apoio financeiro. Assegurou o Conselho que o Secretariado Geral em colaboração com o facilitador e com as outras partes, persuadiu-os a continuar a trabalhar na busca de solução para os outros problemas pendentes.

22. Por outro lado, o Secretário Geral fez alusão a rebelião e à campanha de desestabilização levadas a cabo pelo LURD contra o povo de Libéria. Referiu-se às acções empreendidas pelo Secretariado Geral a este respeito e convidou o Conselho a lançar um apelo ao Conselho de Segurança no sentido de suspender as sanções impostas à Libéria. Referiu-se à situação prevalecente no Sudão, na Somália, no Burundi, na República Centro-africana e na República do Congo, como está mencionado na Nota Introdutória. No que concerne ao processo de democratização, o Sr. ESSY exprimiu a sua gratidão aos povos do Mali e da Sierra Leone, pela realização das eleições democráticas nos seus respectivos países. Convidou os Estados membros e os doadores a concederem o apoio necessário na reconstrução da Sierra Leone.

23. No quadro do desenvolvimento económico e social do continente, o Secretário-Geral solicitou um maior envolvimento dos jovens e das mulheres. Depois de tratar os problemas económicos e sociais com os quais a África está confrontada, o Sr. Essy saudou o advento da NEPAD como um programa da União iniciada pelos africanos, e para os africanos. Ele informou o Conselho das várias reuniões organizadas no quadro da implementação deste programa precisando que o Comité dos Chefes de Estado e de Governo encarregados da implementação da NEPAD, estaria reunido em Durban antes da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo.

24. As questões relativas a doenças pandémicas, principalmente o VIH/SIDA, a Tuberculose e o Paludismo que têm afectado as populações africanas mereceram também a atenção do Sr Secretário-Geral. A este respeito, sublinhou os esforços envidados na adopção de uma iniciativa colectiva na busca de soluções para estas doenças. Informou por outro lado o Conselho sobre a realização de uma Conferência Ministerial sobre o emprego e a luta contra a pobreza em África, que foi organizada a convite do Governo de Burkina Faso.

25. O Sr. Amara Essy, congratulou-se pelos resultados da Conferência relativos à segurança, estabilidade, desenvolvimento e cooperação em África (CSEDCA) e a Conferência OUA/Sociedade Civil. Concluindo, o Secretário-Geral rendeu homenagem aos Governos da África do Sul e da Nigéria que disponibilizaram uma contribuição financeira de 500.000 de dólares americanos cada um para apoiar os programas da CSSDCA e convidou os Estados Membros a contribuírem para a realização desses programas.

Discurso do Sr. K.Y. Amoako, Secretário Executivo da Comissão Económica para a África

26. O Secretário Executivo da CEA, Sr. K.Y. Amoako, destacou o progresso feito pela África nos principais eventos de desenvolvimento e reuniões durante os últimos 12 meses. Realçou em particular os resultados da reunião da OMC de Doha, onde o trabalho árduo e a excelente preparação da África foram compensados. Realizaram-se empreendimentos favoráveis ao desenvolvimento nas áreas da saúde pública e dos direitos de propriedade intelectual no âmbito do comércio. Houve progresso no comércio agrícola, apesar de grandes deslizos, devido ao pagamento de enormes e novos subsídios pelos Estados Unidos aos seus agricultores ricos. Notou, contudo, que a África não tinha dado passos significativos na área dos têxteis e que a questão das normas ambientais e higiénicas tinham que ser resolvidas. Embora os resultados de Doha fossem diversos, disse, foram melhores que os de muitas reuniões anteriores da OMC.

27. O Secretário Executivo disse que em Monterrey, tinha-se feito mais progressos porque os dirigentes dos países desenvolvidos e em desenvolvimento tinham concordado que a maior alta prioridade dos países em desenvolvimento era a boa governação. Tinham acordado que estas economias tinham que fazer parte do sistema global, e na necessidade de ajudar com melhor qualidade, bem como de mais recursos estimada por peritos em 50 milhões de dólares anuais, para satisfazer as metas de desenvolvimento do milénio.

28. O Conselho foi informado que tanto a União Europeia (EU) como os Estados Unidos da América (EUA) se haviam comprometido a aumentar os seus níveis de ajuda com um montante de 12 bilhões de dólares anuais, para a concretização da meta de 50 milhões de dólares. Apesar de insuficiente, o aumento registou um reverso nas tendências da ajuda. Relativamente à contribuição da África para este aumento, o Sr. Amoako referiu-se à Cimeira do G8 no Canadá onde os seus dirigentes tinham acordado que, dependentemente do bom desempenho, a África poderia contar com metade do aumento, remetendo a ajuda ao continente aos níveis de 1990.

29. O Sr. Amoako sublinhou mais adiante o progresso que a adopção do Plano de Acção de África ao G8 representou, como quadro de apoio à NEPAD. À luz do plano, o G8 concordou que cada um deles estabeleceria parcerias reforçadas com países cujo desempenho reflectisse os compromissos da NEPAD. Acordaram também no objectivo da isenção de impostos e no acesso ao mercado sem imposição de quotas, para todos os produtos provenientes dos países menos desenvolvidos (LDCs), muitos dos quais se encontram em África. Acrescentaram um bilhão de dólares como contribuição para o Fundo Fiduciário dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) e acordaram em incrementar o uso de concessões em vez de empréstimos aos países mais pobres e vulneráveis à dívida. O G8 concordou também em concluir o trabalho relativo ao plano conjunto com a África em 2003, de forma a desenvolver as capacidades para a realização de operações de paz, incluindo o nível regional.

30. O Secretário Executivo agradeceu com expectativa a realização da Cimeira Mundial de Joanesburgo sobre o Desenvolvimento Sustentável que abordará medidas para acelerar a implementação da agenda ambiental traçada na Cimeira do Rio, há uma década atrás, e concretizar as Metas de Desenvolvimento do Milénio, tendo em conta o desenvolvimento humano, adoptadas na Cimeira do Milénio. Sublinhou que o desenvolvimento sustentável constituía um ponto de fusão do bem-estar humano e de recursos humanos, e que os perigos da África seriam maiores na futura Cimeira pelo facto das suas questões de sustentabilidade serem mais graves que noutras regiões.

31. O Secretário Executivo virou depois a atenção para as tendências negativas que poderiam afectar a satisfação das metas de desenvolvimento do milénio (MDGs) relativas à redução da pobreza, educação e saúde. Para além do facto de muitos africanos estarem a ser dizimados pelo VIH/SIDA, disse havia também outras tendências negativas que afectavam o ambiente e o clima. Apelou para o empenho dos principais governos no apoio aos acordos de Kioto sobre Mudanças do Clima e outros vitais. Apelou também para que nós em África trabalhássemos arduamente para inverter os danos muito graves ao ambiente que prejudicam os preciosos recursos em África.

32. Finalmente, o Secretário Executivo apresentou o seu ponto de vista relativamente a agenda pós-Joanesburgo. Sublinhou que a NEPAD não

significa o aumento da dependência externa do Continente, mas uma maior auto-suficiência, se a África pretende fazer com que ela produza resultados. A concluir, sublinhou a importância da governação para a NEPAD e destacou a Declaração da NEPAD sobre a Democracia e Governação como uma afirmação com bastante peso e de longo alcance. O desafio reside na implementação. Elogiou o Mecanismo Africano de Avaliação dos Pares proposto pelo Comité de Implementação da NEPAD para uma análise regular da situação da governação social, política e económica e empresarial nos Estados Membros. Como Mecanismo de Auto-avaliação para uma acção colectiva e de aprendizagem mútua, o Sr. Amoako mostrou-se confiante quanto à possibilidade deste vir a criar um favorável para o sector privado, com potencial de libertar os recursos deste sector para gerar crescimento económico e ajudar a combater a pobreza. Mostrou-se também confiante pelo facto do Mecanismo de Avaliação de Pares ser o guardião da importância de parcerias efectivas com a comunidade internacional, se os africanos demonstrarem possuir vontade política e empenho, e assumirem a responsabilidade de observar os códigos e padrões de governação mutuamente acordados.

33. Finalmente, o Secretário Executivo notou a importância da União Africana para os esforços da África que visam enfrentar os seus desafios de desenvolvimento e sublinhou que a CEA faria tudo o que pudesse para que ela resultasse num grande sucesso.

Discurso do Presidente Cessante

34. Ao usar da palavra, Sr. Cheik Tidiane Gadio, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República do Senegal, exprimiu a sua gratidão ao povo e governo da África do Sul, pelas medidas tomadas com vista a assegurar o sucesso das reuniões de Durban. Ele agradeceu igualmente os seus colegas pela honra e confiança testemunhados em relação ao seu país, designando-o como Presidente da 75^a Sessão do Conselho de Ministros. O Ministro reafirmou a disponibilidade do Senegal, de trabalhar ao lado dos outros países africanos, no quadro da União Africana, para a conquista da maturidade da África, do seu renascimento político, económico, cultural e social, com vista a sua inserção no movimento da globalização. Em seguida, enumerou alguns desafios a vencer nos planos político, económico, bem como dos direitos humanos fundamentais e liberdades.

35. O Ministro lançou um vivo apelo no sentido de a Decisão 142 alargar o seu domínio de competência no caso dos países onde são organizadas eleições não transparentes para a obtenção de poder contra a vontade soberana do povo. O Ministro solicitou que, nos casos em que os observadores independentes mandatados pela nossa Organização constatem tais situações, o país em questão seja inscrito nas listas dos países sob sanções, nos termos da Decisão 142.

36. Sublinhou que a União Africana implica um sistema de parceria, mas a África deve previamente conjugar os seus esforços. Esta acção passa necessariamente pelo reforço das comunidades Económicas Regionais, a exploração judiciosa das potencialidades das novas tecnologias de informação e o desenvolvimento das infra-estruturas rodoviárias. É nisso que reside a essência da NEPAD; uma visão cujos benefícios à África não podia ignorar e que devia mobilizar todas as crianças do continente à volta da sua implementação.

37. O Ministro, por outro lado, recordou a posição central que deve ocupar a cultura nos programas de desenvolvimento da África, pois a União Africana, foi o objectivo visado pelos dirigentes africanos. A União constituía de facto a última fase de um processo irreversível que chegou à maturação e que passará certamente por numerosos obstáculos que deveriam ser ultrapassados.

38. Ao examinar os processos que retiveram a atenção do Conselho, o Ministro citou a análise dos Projectos de Regulamento Interno e os Estatutos dos quatro órgãos principais da União Africana, a saber; a Conferência, o Conselho Executivo, o Comité dos Representantes Permanentes e os Estatutos da Comissão; assim como o Projecto de Regulamento Interno do Conselho de Paz e Segurança. Por outro lado, ele apresentou um balanço da acção da OUA, em seguida realçou, entre as suas numerosas realizações, que a criação da União Africana não era a prova de uma constatação do insucesso da OUA. O Ministro concluiu a sua intervenção, agradecendo a direcção e o pessoal da OUA e depois convidou os Estados Membros a cumprirem com as suas obrigações, a fim de concederem à União Africana, os meios para o desempenho da sua função. Finalmente, sublinhou que a implementação do Conselho de Paz e da Segurança, bem como o programa NEPAD, deveria inscrever-se nas prioridades da União Africana.

(b) Eleição da Mesa

39. Por recomendação do Decano do Corpo Diplomático Africano em Adis Abeba, Sr. Osman Al Sayed, na sequência de consultas, o Conselho elegeu a Mesa e o Comité de Redacção da sua 76^a Sessão Ordinária, como se segue:

Mesa

- Presidente	:	África do Sul
- Primeiro Vice-presidente	:	Etiópia
- Segundo Vice-presidente	:	Egipto
- Terceiro Vice-presidente	:	Gabão
- Relator	:	Benin

Comité de Redacção

Chade, Côte d'Ivoire, Djibouti, Guiné Equatorial, Gabão, Gana, Lesotho, Líbia, Maurícias, Namíbia, Nigéria, República Árabe Saharaoui Democrática, África do Sul, Tanzânia e Togo.

40. O Conselho também aceitou a proposta apresentada pelo Deão de que a Eritreia e o Chade deviam, respectivamente, responder ao discurso proferido pelo Vice-presidente da República da África do Sul e propor um moção de agradecimentos na sessão de encerramento.

Discurso de Aceitação pelo Novo Presidente

41. No seu discurso de tomada de posse, a Dr^a Nkosazana Dlamini-Zuma, Ministra dos Negócios Estrangeiros da República da África do Sul desejou as boas-vindas às delegações ao seu país e agradeceu o Conselho por ter conferido ao país a honra de acolher a última Cimeira histórica da OUA, a primeira Cimeira da União, bem como pelo privilégio de presidir a 76^a Sessão Ordinária do Conselho de Ministros da OUA e a Primeira Sessão da União Africana. Ela felicitou o Presidente cessante, Sr. Cheik Tidiane Gadio, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Senegal, pela maneira sábia e competente como geriu a presidência e manifestou o seu apreço pela sua flexibilidade e sentido de humor. Prestou também homenagem à equipa senegalesa de futebol pela sua exibição que provou que os africanos podem competir em todas as áreas.

- c) Organização dos Trabalhos
- d) Adopção da Agenda

CM/2243(LXXVI)

II. RELATÓRIO DO SECRETÁRIO-GERAL SOBRE AS ACTIVIDADES DO SECRETARIADO GERAL DA OUA PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE FEVEREIRO A JUNHO DE 2002

- 1. Nota Introdutória do Secretário-Geral
- 2. Sede CM/2253 (LXXVI) Parte I
- 3. Escritórios Regionais e Sub-regionais CM/2253 (LXXVI) Parte II

III. QUESTÕES POLÍTICAS

- 1. Relatório do Secretário Geral sobre:
 - a) Libéria CM/2254 (LXXVI)a
 - b) República Democrática do Congo CM/2254 (LXXVI)b
 - c) Madagáscar CM/2254 (LXXVI)c
 - d) Comores CM/2254 (LXXVI)d
 - e) Angola CM/2254 (LXXVI) e
- 2. Relatório do Secretário Geral sobre a Implementação da CSEDCA CM/2255 (LXXVI)
- 3. Relatório do Secretário-Geral sobre a situação dos Refugiados, Regressados e Pessoas Deslocadas em África CM/2256 (LXXVI)
- 4. (a) Relatório do Secretário Geral sobre o Reforço do Papel da OUA/UA na observação e monitoração das Eleições e no avanço do processo de democratização em África CM/2257 (LXXVI)

4. (b) Criação de um Órgão no seio da OUA para observar e acompanhar Eleições
(Ponto proposto pela Grande Jamahiria Árabe Líbia Popular Socialista) CM/2264(LXXVI)
Add.4
5. Relatório do Secretário Geral sobre os desenvolvimentos no Médio Oriente e na Palestina CM/2258 (LXXVI)

IV. QUESTÕES ECONÓMICAS E SOCIAIS

1. Relatório do Secretário Geral sobre a Implementação do Tratado de Criação da Comunidade Económica Africana:
 - a) Relatório do Secretariado Geral CM/2259 (LXXVI) a
 - b) Relatório dos Secretariados das CERs CM/2259 (LXXVI) b
 - c) Apoio Externo ao Programa de Integração no Continente CM/2259 (LXXVI) c
2. Relatório do Secretário Geral sobre os resultados da 15^a Sessão da Conferência dos Ministros Africanos da Indústria (CAMI-15) CM/2260 (LXXVI)
3. Relatório do Secretário Geral sobre a 4^a Assembleia Geral da Comissão Africana da População CM/2261 (LXXVI)
4. Relatório do Secretário Geral sobre a 25^a Sessão Ordinária da Comissão do Trabalho e dos Assuntos Sociais da OUA e a Conferência Ministerial sobre o Emprego e o Alívio da Pobreza em África CM/2262 (LXXVI)

5. Relatório do Secretário Geral sobre a Conferência Ministerial da OUA sobre o Controlo da Droga em África CM/2263 (LXXVI)
6. (a) Convenção Africana sobre a Conservação da Natureza e de Recursos Naturais CM/2265 (LXXVI)
6. (b) Processo Africano de Desenvolvimento e Protecção do Ambiente Marinho e Costal
(Ponto proposto pela República Federal da Nigéria) CM/2264(LXXVI)
Add.2
6. (c) Proclamação do Dia Africano do Meio Ambiente
(Ponto proposto pela Grande Jamahiria Árabe Líbia Popular Socialista) CM/2264(LXXVI)
Add.3

V. CONSIDERAÇÃO DO RELATÓRIO DO COMITÉ DOS EMBAIXADORES E OUTROS PLENIPOTENCIÁRIOS

VI. PONTOS PROPOSTOS PELOS ESTADOS MEMBROS

1. Desenvolvimento dos Recursos Humanos para a Área da Saúde em África
(Ponto proposto pela República do Congo) CM/2264 (LXXVI)
Add.1
2. Implementação e Universalidade da Convenção sobre a Interdição do Desenvolvimento e Produção de Armas Químicas
(Ponto proposto pelo Sudão) CM/2264 (LXXVI)
Add.5
3. Restituição dos Monumentos Africanos Pilhados: O Obelisco de Axum
(Proposto pela República Federal e Democrática da Etiópia) CM/2264 (LXXVI)
Add. 6

4. Análise do Processo em curso que visa a elaboração de um Protocolo Adicional à Convenção de Argel sobre a luta contra o terrorismo com vista à criação de um mecanismo operacional de implementação da referida Convenção

(Ponto proposto pela República do Senegal) CM/2264 (LXXVI)
Add.7

VII. ANÁLISE DO PROJECTO DE AGENDA DA 38ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO E DA SESSÃO INAUGURAL DA UNIÃO AFRICANA

VIII. DATA E LOCAL DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO EXECUTIVO DA UNIÃO AFRICANA

IX. DIVERSOS

X. ADOÇÃO DO PROJECTO DE RELATÓRIO DO RELATOR

XI. CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO.

II. Relatório do Secretário-Geral sobre as Actividades do Secretariado Geral da OUA para o período compreendido entre Fevereiro a Junho de 2002

1. Nota Introdutória do Secretário-Geral

2. Sede

CM/2253 (LXXVI) Parte I

3. Escritórios Regionais e Sub-regionais CM/2253 (LXXVI) Parte II

46. Não houve nenhuma apresentação formal do ponto acima referido, porque a cerimónia de abertura do Secretariado Geral abrangiu todos os aspectos principais do documento CM/225(LXXVI) Partes I e II. Ao analisar o ponto, a atenção do Conselho esteve concentrada nas duas adendas à Nota Introdutória do Secretariado Geral, nomeadamente ; Relatório do Secretariado Geral sobre o Progresso da Cimeira África-Europa e o Relatório do Secretariado Geral sobre o Seguimento no Saara Ocidental.

47. O Conselho tomou nota do Relatório do Secretariado Geral, sobre as Actividades do Secretariado Geral da OUA do período de Fevereiro a Junho de 2002 e as duas Adendas e aprovou as recomendações nelas contidas .

III. QUESTÕES POLÍTICAS

1. (a) Relatório do Secretário-Geral sobre a Libéria – Doc. CM/2254 (LXXVI) a

48. O Relatório do Secretário Geral sobre a Libéria foi introduzido pelo Secretariado Geral adjunto para os Assuntos Políticos, que afirmou que o relatório inclui informações sobre a segurança e situações humanitárias no país, os que constituíram motivos de preocupação à luz das recentes incursões perpetuadas pelo movimento rebelde (LURD). O relatório realça a situação dos direitos humanos no país.

49. O Conselho foi informado que o relatório também alongou-se sobre os esforços do Governo da Libéria para um processo de reconciliação, respondendo ao apelo feito pela CEDEAO, para dinamizar o processo de reconciliação nacional na Libéria, incluindo a convocatória da Conferência de todos os Liberianos em Abuja em Março de 2002. Fez-se alusão à Cimeira da União do Rio Mano, que decorreu em Rabat em Fevereiro de 2002. O relatório referiu-se também às acções da OUA, incluindo as duas Missões realizadas pelo Enviado Especial do Secretariado Geral da OUA em Fevereiro e Março, e em Maio e Junho de 2002. Durante estas visitas, o

Enviado Especial encontrou-se entre outros, com o Presidente Taylor e os membros deste Governo, Presidente Kabbah, os membros deste Governo, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Guine, o Secretario executivo da ECOWAS e os representantes da LURD.

50. Finalmente, o Secretário Geral Adjunto chamou a atenção do Conselho para o facto de, como consta no relatório, durante os debates das Nações Unidas onde se debateram as sanções impostas à Libéria, a OUA adoptou a posição da CEDEAO, segundo a qual, estas sanções devem ser suspensas em virtude do impacto negativo sobre o povo da Libéria em termos sócio-económicos e humanitários; e que a comunidade internacional deve envolver a Liderança da Libéria de forma construtiva.

51. Nas discussões que se seguiram, observou-se que a situação na Libéria foi tema de preocupação na região da África ocidental. O Conselho foi informado pela delegação Nigeriana, que à luz disso, uma iniciativa da CEDEAO conduzida pela Nigéria, tinha sido realizada para organizar uma Conferência inter-Liberiana em Abuja, Nigéria. A convocação dessa Conferência foi motivada pelo desejo de forjar uma plataforma de entendimento entre todas as partes envolvidas no conflito em Libéria, a fim de proporcionar a paz no país e na região no seu todo. Infelizmente, a Conferência não conheceu progressos significativos nesse domínio, uma vez que a luta foi retomada em Libéria. Posteriormente, uma Cimeira da CEDEAO decorreu em Yamoussoukro em Maio, com vista a encorajar as partes envolvidas no conflito, para a busca de uma solução plausível.

52. O Conselho lançou um apelo a todas as partes interessadas no sentido de continuar a trabalhar juntos com vista a alcançar a paz na região.

53. Ele elogiou os esforços envidados até à data pela OUA, pela CEDEAO, pela União do Rio Mano e pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas na sua meta de assegurar a paz na Libéria e na região.

54. O Conselho também apelou o Conselho de Segurança das Nações Unidas e rever as sanções impostas à Libéria, de acordo com a Missão de avaliação Plenária das Nações Unidas.

55. Observando as graves consequências resultantes do recomeço da luta na Libéria, o Conselho apelou os Estados membros da OUA e a Comunidade Internacional, a apoiar de todas as formas possíveis a fim de capacitar os países da região a resolver, para lidar de forma adequada as necessidades humanitárias, sociais e económicas dos cidadãos afectados.

Ponto III (b) da Agenda: Relatório do Secretário-Geral sobre a República Democrática do Congo – Doc. CM/2254 (LXXVI) b

56. O Conselho analisou a situação na República Democrática do Congo (RDC), nomeadamente, o Processo de Paz à luz do estipulado pelo Acordo de Cessar-fogo de Lusaka. Introduzindo este ponto, o Secretário-Geral Adjunto responsável pelos Assuntos Políticos sublinhou que o Diálogo Inter-congolês (DIC) que teve lugar em Sun City, não obstante os esforços do Presidente Thabo Mbeki, Presidente do país anfitrião, não chegou a nenhuma acordo consensual. De facto, no fim do diálogo Inter-Congolês não houve consenso sobre as instituições de Transição. Pelo contrário, foi assinado um Acordo entre o Governo e o Movimento de Libertação do Congo (MLC), do Sr. Jean-Pierre Bemba , assim como pelas outras partes congolezas, mas não foi aceite pela “União Congoleza para a Democracia (RCD-Goma)” e por alguns partidos políticos.

57. A nível de outros aspectos da implementação do Acordo de Cessar-fogo de Lusaka, o Secretário-Geral Adjunto realçou os problemas que continuam a minar o processo, nomeadamente as violações do cessar-fogo e o atraso no processo de retirada das tropas estrangeiras.

58. O Conselho foi igualmente informado da adopção pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas da Resolução 1417 (2002) que, entre outros, prorroga o mandato da MONUC até 30 de Junho de 2003; mas realçou que o Conselho de Segurança não teve acesso nem a proposta do Secretário-Geral das NU visando o aumento das forças da MONUC, nem à solicitação das partes signatárias do Acordo de Lusaka de reforçar o mandato da MONUC. Finalmente, o Secretário-Geral Adjunto informou o Conselho da nomeação, pelo Secretário-Geral das NU, de um Enviado Especial na pessoa do Sr. Mustapha Niassé, antigo Primeiro Ministro do Senegal, para a concertação das posições dos partidos congolezes, com vista a chegar a um acordo consensual e abrangente.

59. O Sr. Kikaya Bin Karubi, Ministro da Comunicação e da Imprensa da República Democrática do Congo, informou o Conselho de Estado do Processo de Paz no seu país e, nomeadamente, da situação do Diálogo Inter-Congolês que teve lugar em Sun City e que conseguiu adoptar 37 resoluções sobre vários aspectos da vida política, económica, social e cultural na República Democrática do Congo. Segundo o Chefe da Delegação da República Democrática do Congo, a reunião de Sun City chegou a um Acordo quadro assinado por todas as partes congolezas, excepto a RCD, que representava 70% do país. Realçou o facto de que o relatório do Secretário-Geral não insistiu muito nos acontecimentos trágicos que ocorreram em Kisangani, nem nos esforços do Governo da República Democrática do Congo no sentido de resolver a crise, particularmente os seus esforços para a resolução do problema dos grupos armados, dos quais um certo número já se encontra acantonado em Kamina. O Ministro Karubi realçou a recusa sistemática da RCD-Goma em aderir ao Acordo de Sun City. Finalmente, o Chefe da delegação da República Democrática do Congo recomendou que a União Africana se envolvesse mais na resolução de conflito, para permitir a República Democrática do Congo desempenhar o seu papel de Estado unificador na região.

60. As várias delegações que usaram da palavra sobre a situação na República Democrática do Congo fizeram referência às suas preocupações quanto aos resultados incompletos do Diálogo Inter-Congolês. Expressaram

o compromisso dos seus países em relação ao processo de paz, tal como iniciado pelo Acordo de Cessar-fogo de Lusaka e exortaram as partes congolezas a retomarem o diálogo, a fim de chegarem a um acordo global e consensual. O Conselho exortou a OUA/UA a seguir de perto a situação na República Democrática do Congo e solicitaram a Comunidade Internacional a prestar uma assistência multifacetada ao processo de paz na República Democrática do Congo e à reconstrução deste país.

61. No fim do debate, o Ministro dos Negócios Estrangeiros das Maurícias informou o Conselho das iniciativas dos Estados Unidos da América visando uma anulação, através do Conselho de Segurança das Nações Unidas, do Tratado relativo ao Tribunal Penal Internacional para os seus militares envolvidos nas operações de manutenção da paz. Caso não resultar, será preciso esperar que os Estados Unidos cessem de contribuir para as forças de manutenção da paz no mundo. A África espera que a decisão que venha a ser tomada tenha um impacto importante na

contribuição dos Estados Unidos às forças de manutenção da paz no futuro.

62. As delegações que usaram da palavra sobre o assunto, exprimiram as suas preocupações relacionadas com esta comunicação dos Estados Unidos da América.

(c) Relatório do Secretário-Geral sobre o Madagáscar – Doc. CM/2254 (LXXVI) c

63. O Relatório do Secretário Geral sobre a situação no Madagáscar foi apresentado pelo Secretário Geral Adjunto responsável pelos Assuntos Políticos. Na sua alocução introdutória, o Secretário Geral Adjunto tomou nota da ausência da delegação de Madagáscar na reunião, que atribuiu à decisão adoptada pelo Órgão Central, durante a sua reunião a nível da Cimeira, que teve lugar em Adis Abeba, a 21 de Junho de 2002. O Secretário Geral Adjunto indicou que o Órgão Central tinha chegado à conclusão de que as eleições presidenciais de 16 de Dezembro de 2001, em Madagáscar, não tinham resultado num governo constitucional e legalmente constituído e, como tal, o assento de Madagáscar teria que permanecer vago até que as partes alcançassem o consenso em relação a uma solução política à crise.

64. O Secretário Geral Adjunto tomou nota de que o Órgão Central tomou a decisão num contexto em que a OUA estava a envidar esforços no sentido de prestar apoio às partes na procura de uma solução. Os esforços e as iniciativas incluíam a visita do Secretário Geral, em Fevereiro de 2002, a missão do Grupo de Contacto da OUA a Madagáscar, em Março de 2002, a primeira reunião dos dois protagonistas em Dakar, em Abril de 2002, bem como a assinatura do Acordo de Dakar, sob os auspícios do Presidente Abdoulaye Wade do Senegal e outros Chefes de Estado, membros do Comité dos Mediadores, a visita da delegação ministerial ao Madagáscar, em Maio de 2002, com o objectivo de garantir a implementação do Acordo de Dakar, a reunião bem como o apelo solene de Libreville, de Junho de 2002, e a segunda reunião, em Dakar, entre os dois protagonistas, em Junho de 2002, que tinha resultado num plano para a solução da crise, mas que as partes não tinham aprovado de imediato. No entanto, os elementos das forças armadas, que apoiavam o Sr Ravalomanana, tinham ocupado a maior parte das províncias autónomas.

65. O Secretário Geral Adjunto observou que, na véspera da reunião do Órgão Central, o Secretário Geral tinha sido informado da decisão tomada por alguns países de reconhecer o governo de M. Ravalomanana e da esperança desses países de que o Órgão Central fizesse o mesmo. Desde então, vários outros países reconheceram M. Ravalomanana como Presidente da República do Madagascar e alguns tinham até assinado Acordos de cooperação com o seu governo.

66. Várias delegações fizeram uso da palavra durante a prolongada troca de pontos de vista sobre a crise no Madagascar. Durante as suas intervenções, as delegações levantaram as suas preocupações em relação ao reconhecimento, por alguns parceiros de cooperação da OUA, dos governos africanos que a OUA considera estarem a violar os seus princípios fundamentais, em vez de apoiar os esforços da Organização para o cumprimento dos seus princípios. As delegações prestaram homenagem ao Presidente em exercício da OUA, Sr. Patrick Levy Mwanawasa, da Zâmbia, o Presidente Wade do Senegal e aos outros membros da Comissão de Mediação, ao Secretário Geral da OUA e ao Enviado Pessoal do Secretário-Geral das Nações Unidas pelos seus incansáveis esforços na busca de uma solução pacífica para a crise em Madagascar.

67. O Conselho de opinião de que a situação no Madagascar constituía um precedente perigoso para a OUA, nos seus esforços no se respeitar o Estado de direito e a governação democrática. Relativamente a este aspecto, todas as delegações saudaram a decisão de Argel, de Julho de 1999, e a Declaração de Lomé, de Julho de 2000, relativas às mudanças inconstitucionais de governo.

68. Algumas delegações realçaram no entanto a necessidade do pragmatismo, tomando em conta a situação no terreno, incluindo o controlo da maioria das províncias pelas forças do Sr Ravalomanana e o seu reconhecimento por parte de algumas potências estrangeiras como Presidente do Madagascar. A esse respeito, solicitaram que o Conselho recomendasse à Conferência, a revisão da decisão do Órgão Central, de Junho de 2002. Eles reiteraram que, nas condições prevaletes naquele país, a organização de novas eleições gerais livres e justas seria uma tarefa quase impossível e, assim, devia-se colocar uma maior ênfase na reconciliação nacional e na preservação da unidade e coesão nacionais.

Para estas delegações, os esforços da OUA em relação a Madagáscar tinha surtido efeito, uma vez que tinham ajudado aquele país a evitar a guerra. Consequentemente, era imperativo que a OUA continuasse a encorajar o Sr Ravalomanana no sentido de tomar a via da reconciliação nacional, convidando-o a tomar parte no lançamento da União Africana, uma vez que o assento do Madagáscar não devia permanecer vago na ocasião do lançamento histórico da União Africana.

69. Por outro lado, outras delegações, invocando situações anteriores em que a Decisão de Argel e as Declarações de Lomé tinham sido implementadas, insistiram na necessidade de ter que se evitar a aplicação de critérios dúbios na implementação dos princípios fundamentais da OUA. Na sua opinião, a OUA devia abster-se de dar a imagem de que está a ser influenciada pelo reconhecimento do Sr Ravalomanana, por parte de algumas potências, uma vez que isso seria prejudicial à credibilidade da Organização.

70. Ao exprimirem os seus pontos de vista quanto à necessidade da OUA/UA seguir os princípios por si adoptados, as delegações acordaram que o Conselho devia recomendar à Conferência a reavaliação da situação no Madagáscar à luz da decisão do Órgão Central, de Junho de 2002, e quaisquer outros desenvolvimentos políticos naquele país. Para estas delegações, a Conferência devia preocupar-se com a busca de uma solução política duradoura que fosse aceitável para todas as partes.

71. No fim das discussões, o Secretário Geral informou o Conselho de que desde o início do seu envolvimento no Madagáscar, a OUA tem estado ciente mais da necessidade de uma negociação política, através da reconciliação nacional, do que de uma solução jurídica à crise. Ele reiterou a necessidade para os Estados Membros da OUA agirem com base nos princípios e concordou com a recomendação de que o Conselho devia submeter a questão à apreciação da Conferência. O Secretário Geral apelou para a serenidade, pelo facto de a situação continuar a evoluir de uma maneira imprevisível, afirmando que estava a acompanhar de perto a situação e que informaria o Conselho e a Conferência sobre quaisquer desenvolvimentos que ocorressem naquele país.

(d) Relatório do Secretário-Geral sobre as Comores - Doc. CM/2254 (LXXVI) d

72. O Secretário-Geral Adjunto encarregado dos Assuntos Políticos apresentou o relatório do Secretário-Geral referente à situação em Comores. Nas suas observações, ele apresentou as boas-vindas ao Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Comores, Sr. Mohamed El Amine Souef como sinal de um desfecho positivo da crise institucional e separatista que o país tem vindo a enfrentar desde 1997. Observou ainda que esta conclusão se tornou possível graças aos esforços do povo de Comores, com o auxílio da OUA e dos países na região, sob a coordenação da África do Sul e com o apoio da comunidade internacional em geral.

73. O Secretário-Geral Adjunto adiantou que, apesar do país agora possuir um Presidente democraticamente eleito, ainda resta muito a fazer no sentido de estabelecer novas instituições, fortalecer o processo de reconciliação e promover o desenvolvimento sócio-económico. A este respeito, convidou todos os Estado Membros da OUA e a comunidade internacional em geral a participar activamente na conferência de doadores de Comores, que está prevista para o ano em curso, de modo a proporcionar a Comores os recursos que tanto precisa para o desenvolvimento sócio-económico.

74. Na sua intervenção, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Comores exprimiu a gratidão do povo e das autoridades de Comores perante a OUA, pelos seus esforços e encorajamento contínuos. Notou que, apesar da OUA ter atingido o seu objectivo em Comores, ainda havia muito a fazer no sentido de consolidar o processo de reconciliação. A este respeito, o Sr. El-Amine Souef apelou a OUA a auxiliar as autoridades de Comores na organização, o mais breve possível de eleições legislativas e locais para o estabelecimento da Assembleia Nacional. Solicitou apoio para a capacitação na área da descentralização da administração da União, e apelou a todos os Estado Membros que contribuíssem, de acordo com os meios ao seu dispor, para a conferência de doadores de Comores, programada para ser realizada nas Maurícias.

75. O Sr. Souef realçou o facto que o ciclo de crise que tinha afectado as Comores desde a independência só seria resolvido definitivamente, se a questão do desenvolvimento sócio-económico da Ilha fosse resolvida da forma mais abrangente. Também sublinhou que a questão da ilha de Mayotte continuou a preocupar todo o povo de Comores. A este respeito, informou o Conselho que a ilha pertence ao conjunto das Comores e que o povo de Comores gostaria de a ver integrada na nova União das Comores.

76. As outras delegações que tomaram a palavra acolheram o regresso do direito constitucional em Comores e louvaram o Coronel Azali Assoumani pela sua eleição como Presidente da União de Comores. Também homenagearam o povo de Comores pela sua paciência e cooperação com a OUA no decorrer do processo e louvaram o Governo das Maurícias por ter aceitado acolher a conferência de doadores de Comores, tendo exprimido o desejo que esta se realizasse o mais breve possível de modo a permitir a consolidação do processo de reconciliação das Comores.

(e) Relatório do Secretário-Geral sobre Angola – Doc. CM/2254 (LXXVI) e

77. O Conselho debateu longamente a situação em Angola, depois de uma breve introdução do ponto feita pelo Secretário Geral Adjunto responsável pelos Assuntos Políticas e apresentação pelo seu Presidente, Sua Excelência Sule Lamido, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal da Nigéria, do relatório do Comité Ad Hoc da OUA sobre o Acompanhamento das Sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas contra a UNITA. Tanto o Secretário Geral Adjunto como o Presidente do Comité Ad Hoc realçaram a evolução positiva do processo de paz em Angola, a necessidade de um apoio consequente da comunidade internacional para acompanhar o processo e ajudar o Governo angolano a enfrentar a crise humanitária que poderia resultar. O Presidente do Comité Ad Hoc preconizou, por outro lado, que as sanções impostas à UNITA fossem mantida até que fossem registados progressos irreversíveis no processo da paz. Ele comunicou ao Conselho as actividades empreendidas pelo Comité Ad Hoc, nomeadamente as visitas a certos países africanos. Finalmente, chamou atenção do Conselho para as recomendações contidas no relatório.

78. O Ministro das Relações Exteriores de Angola, o Sr. João Bernardo Miranda agradeceu o Comité Ad Hoc da OUA pelo bom trabalho efectuado e declarou-se consciente das dificuldades inerentes à função. Declarou que as sanções impostas à UNITA tinham sido determinantes para o fim da guerra e agradeceu à OUA e os países africanos pelo apoio concedido à Angola, bem como a solidariedade demonstrada. Neste sentido, o Ministro angolano das Relações Exteriores realçou o facto de que o aspecto social do processo de paz constituía um factor de risco, se não fossem tomadas as devidas precauções. Deste modo, informou que desde a assinatura do Memorando de Acordo, a 4 de Abril de 2002, 78.800 ex-combatentes da UNITA foram acantonados; 5.000 deles serão integrados no exército e na polícia, enquanto que o resto será submetido a uma formação acelerada com vista à sua integração na vida civil. Informou igualmente que Angola se deparava com a situação de 50.000 órfãos, 50.000 mutilados, 4 milhões de pessoas deslocadas e mais de 400.000 refugiados nos países vizinhos.

79. Muitas delegações congratularam-se com as novas perspectivas de paz em Angola e consideraram que o fim da guerra neste país tinha constituído uma importante conquista não só para Angola, mas também para toda a África. Todas as delegações felicitaram as autoridades angolanas, nomeadamente, o Presidente José Eduardo dos Santos, pela forma como conduz a situação e o processo de paz em curso. Assim, a assinatura, a 4 de Abril de 2002, do Memorando Adicional ao Protocolo de Lusaka, para a cessação das hostilidades e a resolução das questões pendentes, foi um acontecimento de alto alcance político. Todas as delegações consideraram que seria necessário demonstrar a solidariedade concreta para com Angola, tendo em conta os problemas importantes que o país enfrenta no processo de paz.

80. No fim dos seus debates, o Conselho apoiou as recomendações do Comité Ad Hoc da OUA, excepto aquela contida no parágrafo 29(d) do relatório referente à assistência da UNITA para a sua transformação em organização política, com a justificação de que cada acção poderia ser considerada um motivo para a ingerência nos assuntos internos de Angola.

2. Relatório do Secretário-Geral sobre a Implementação da CSEDCA – Doc. CM/2255 (LXXVI)

81. O Secretário-Geral Adjunto para os Assuntos Políticos apresentou o Relatório concernente à Conferência sobre a Segurança, Estabilidade, Desenvolvimento e Cooperação em África (CSEDCA). Ele invocou a Declaração de Sirte, adoptada pela 4^a Cimeira Extraordinária, realizada a 4 de Setembro de 1999 e a Declaração Solene sobre a CSEDCA adoptada pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, em Julho de 2000, em Lomé, Togo.

82. Notou que a Declaração Solene proporcionava um quadro para a governação política e económica para o desenvolvimento do processo CSEDCA, como um fórum de concepção de políticas, bem como um mecanismo de acompanhamento e avaliação para a OUA/UA. Em cumprimento da directiva emanada dos Chefes de Estado e de Governo, para que sejam feitos debates profundos sobre as várias cabaças apresentadas, com vista à implementação do Processo CSEDCA, o Secretariado Geral tinha convocado Reuniões de Peritos em Matéria de Desenvolvimento e Cooperação, em Midrand, África do Sul, em Dezembro de 2001, e em Segurança e Estabilidade, realizada em Adis Abeba, Etiópia, em Maio de 2002. Cada uma das reuniões adoptou um Memorando de Entendimento, que foram consolidados num Memorando Geral de Entendimento sobre Segurança, Estabilidade, Desenvolvimento e Cooperação.

83. O Conselho foi também informado acerca da Segunda Conferência da OUA com a Sociedade Civil, organizada em Adis Abeba, de 11 -15 de Junho de 2002, que analisou o Memorando Geral de Entendimento sobre a Segurança, Estabilidade, Desenvolvimento e Cooperação da CSEDCA, e apresentou recomendações, no sentido do seu melhoramento. Estas recomendações da Conferência foram reflectidas no Memorando de Entendimento Consolidado da Sociedade Civil que foi apresentado ao Conselho para consideração. A concluir, o Secretário-Geral Adjunto disse que todos os mandatos emanados das Cimeiras de Lomé e de Lusaka sobre a CSEDCA, tinham sido cumpridos.

84. O Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal da Nigéria, manifestou o apreço do seu governo pela integração com sucesso do Processo CSEDCA no programa de trabalho da União Africana. Elogiou os Embaixadores e os peritos governamentais que participaram nas várias reuniões de peritos que resultaram no Memorando de Entendimento ora em análise.

85. O Ministro manifestou também a sua satisfação por se ter dado oportunidade às organizações da Sociedade Civil de darem as suas contribuições ao Processo CSEDCA. Ele observou que os seus comentários eram construtivos e que demonstravam com clareza a importância que a participação da sociedade civil poderia acrescentar ao processo de governação do continente. Apelou o Conselho a adoptar as emendas propostas, uma vez que enriqueceriam o Memorando de Entendimento a ser submetido aos Chefes de Estado e de Governo para aprovação.

86. O Ministro informou ainda o Conselho que, como prova do apoio da Nigéria ao processo CSEDCA, o seu Governo honrou o compromisso de contribuir com 500.000 \$EU para o Fundo Fiduciário da CSEDCA, juntamente com a África do Sul, que também tinha contribuído com 500.000 \$EU para o mesmo Fundo. Ele apelou aos outros Estados Membros a contribuírem para este Fundo como prova de apoio ao processo. O Ministro manifestou a sua satisfação pelo interesse demonstrado pela Organização de Segurança e Cooperação na Etiópia (OSCE), as Nações Unidas e alguns países europeus para com o Processo CSEDCA, que complementa o processo NEPAD, como um programa da União Africana. Finalmente, o Ministro endossou a proposta contida no memorando de Entendimento no sentido de esforçar e alargar a CSEDCA de modo a poder exercer plenamente o seu mandato.

87. Posteriormente, o Conselho adoptou o Relatório do Secretário-Geral e as recomendações nele contidas.

3. Relatório do Secretário-Geral sobre a situação dos Refugiados, Regressados e Pessoas Deslocadas em África – Doc. CM/2256 (LXXVI)

88. O tema foi apresentado pelo Secretário Geral Adjunto para os Assuntos Políticos. Ele informou o Conselho que o problema dos refugiados, regressados e pessoas deslocadas no Continente permanecia basicamente inalterado em relação ao que tinha sido informado na sua última Sessão. Todavia, ele realçou que apresentou o relatório ao Conselho para continuar a sensibilizar os Estados Membros acerca do imperativo de resolver o problema dos refugiados e das pessoas deslocadas no Continente.

89. Depois das observações preliminares do Secretário Geral Adjunto, o Conselho tomou nota do relatório.

4. (a) Relatório do Secretário-Geral sobre o Reforço do Papel da OUA/UA na observação e acompanhamento de Eleições e na promoção do processo de democratização em África – Doc. CM/ 2257 (LXXVI)

(b) Criação de um Órgão no seio da OUA responsável pela observação e acompanhamento de Eleições – Doc. CM/2264 (LXXVI) Add.4

90. Ao apresentar os relatórios acima mencionados, o Secretário-Geral Adjunto para os Assuntos Políticos. Afirmou que o relatório reflectia o envolvimento da OUA na observação de eleições e do processo de democratização em África, a partir da adopção da Declaração de Adis Abeba, de Julho de 1990, sobre a situação política e sócio-económica em África e as mudanças fundamentais que ocorreram no mundo. Esta declaração foi seguida pela subsequente adopção, em Julho de 1999, da Declaração de Argel e em Julho de 2002, da Declaração de Lomé sobre as Mudanças Inconstitucionais de Governo, cujos valores comuns e princípios que constituem referências que a Organização deve levar em conta no domínio do processo democrático e da boa governação.

91. O relatório faz igualmente referência aos avanços democráticos em alguns Estados Membros, particularmente a implementação dos quadros jurídicos e institucionais e o envolvimento da sociedade civil. O relatório indica, por outro lado, não obstante, os progressos registados, as dificuldades encontradas pelos Estados Membros, por exemplo, a insuficiência de recursos financeiros e de equipamento, inadequação do sistema jurídico e institucional, a fraca capacidade das instituições responsáveis pelos processos eleitorais, o fraco nível da educação e da sensibilização dos eleitores, o voto, muitas vezes baseado não nos programas políticos mas em considerações de domínio religioso ou sectário, as manipulações constitucionais, a ausência de cultura democrática baseada numa sã competição eleitoral, etc. Sublinhou o Secretário Geral Adjunto que todas essas deficiências, de que não se pode elaborar uma lista completa, tinham prejudicado seriamente os esforços da organização de eleições livres, justas, credíveis e democráticas.

92. O Secretário Geral Adjunto solicitou o Conselho a fazer uma avaliação crítica do desempenho da OUA no domínio da eleição, feito no relatório, em particular, a ausência de um mandato claro através de uma decisão ou declaração especificando, nos termos precisos, os objectivos da missão da OUA; a falta de capacidades institucionais com vista a realizar com eficácia, as actividades visando reforçar os processos democráticos em África; falta de recursos financeiros adequados que permitam à organização de levar a cabo a sua missão de forma eficaz, cobrindo todos os aspectos importantes do processo eleitoral, isto é, da inscrição nas listas eleitorais até à proclamação dos resultados, passando pela campanha eleitoral e a realização do escrutínio.

93. O Secretário-Geral Adjunto chamou a atenção do Conselho para uma série de recomendações sobre vários aspectos, nomeadamente uma revisão fundamental da política da Organização, os critérios para assegurar uma participação mais eficaz e eficiente das missões de observação da Organização, a necessidade de ter recursos financeiros suficientes permitindo a participação activa da Organização no processo de democratização e a criação de um fundo de assistência para a democratização.

94. Concluindo, o Secretário-Geral Adjunto recomendou que, para melhor orientação da intervenção da OUA/UA no domínio das eleições e no reforço dos processos democráticos, recomendou a adopção de uma Declaração relativa aos princípios que regem a condução de eleições democráticas em África. Declarou que este projecto de declaração, que reafirma os princípios e objectivos já adoptados pela OUA/UA desde as Declarações de 1990 sobre as mudanças fundamentais no mundo e a participação popular no desenvolvimento, até às declarações sobre as mudanças inconstitucionais sobre a CSEDCA (Lomé, 2000) e a NEPAD (Lusaka, 2001), tinha sido submetido ao Comité de Redacção para análise.

95. Na sequência dessa apresentação, o Ministro Líbio da União Africana tomou a palavra para apresentar a sua proposta sobre a criação de um órgão para a observação e acompanhamento de eleições. Na sua apresentação, o Ministro Líbio congratulou-se pela qualidade do relatório do Secretário-Geral sobre esta importante questão e sublinhou que os africanos tinham manifestado a sua vontade de reafirmar a sua democracia através da adopção da decisão de Argel e da Declaração de Lomé. Ele criticou a atitude de certas forças estrangeiras no continente de quererem intrometer-se nos assuntos internos dos Estados africanos, através das eleições, acrescentando que essa acção constituía uma ameaça à integração africana e independência. Considerou que a África tinha a capacidade de organizar ela mesma as eleições, justas, livres e transparentes, e que todos aqueles que queiram ajudar a organização na observação de eleições devam, fazê-lo através da OUA. Por isso, ele preconizou a criação de um mecanismo apropriado, para o qual o seu país estava disposto a conceder a sua contribuição. O mecanismo devia igualmente, ter a possibilidade de ajudar os Estados Membros que manifestarem a necessidade de apoio para a organização das suas eleições, sem a ingerência de forças estrangeiras no continente.

96. Depois das duas apresentações, muitas delegações intervieram para felicitar o Secretário-Geral pela qualidade e pertinência do relatório e as recomendações nele contidas. Todas as delegações observaram que o relatório estava em conformidade com as decisões tomadas pelos Chefes de Estado e de Governo da OUA, em particularmente, a Decisão de Argel e a Declaração de Lomé sobre as Mudanças Inconstitucionais de Governo, os programas da CSEDCA e da NEPAD, em particular, na sua vertente sobre a governação democrática, o Estado Maior e a participação popular. Lamentaram o facto de, em virtude dos escassos recursos postos à sua disposição, a OUA não ter conseguido cobrir de uma forma adequada as eleições para as quais tinha sido convidada para observar. Por isso, solicitaram que meios adequados fossem concedidos à Organização, com vista a permitir-lhe desempenhar eficazmente esta importante missão.

97. Ao sublinhar a importância da observação e acompanhamento das eleições, as delegações realçaram igualmente as dificuldades registadas durante as etapas preliminares, particularmente a elaboração das listas eleitorais fiáveis. Outras delegações destacaram igualmente, a importância de permitir a observação das eleições pelos observadores internacionais a fim de garantir uma maior credibilidade e tranquilizar aos grupos em competição. Por outro lado, elas lamentaram certas situações em que certos líderes que tinham perdido as eleições e tinham se recusado a ceder o poder aos novos candidatos eleitos. Neste sentido, estas delegações recomendaram que as disposições da Decisão de Argel deveriam ser implementadas em relação a tais dirigentes.

98. As delegações apoiaram igualmente a ideia da criação de um fundo especial para as eleições e o envolvimento da sociedade civil no trabalho da União neste sentido. Além disso, recomendaram que fosse reconhecido o estatuto de oposições políticas nos Estados Membros, de modo a instituir uma cultura democrática e, em particular a alternativa política, através das urnas. Em contrapartida, as diferentes oposições deviam igualmente demonstrar o sentido de responsabilidade e aceitar as regras do jogo democrático e a legalidade constitucional. O papel importante da imprensa no reforço do processo democrático foi igualmente sublinhado.

99. O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da República de Moçambique recomendou a inclusão do ponto sobre Lesotho e o processo que conduziu no sucesso das eleições gerais que se tinham realizado nesse país no quadro da reconciliação nacional com o envolvimento da OUA.

100. O Conselho tomou nota com apreço do relatório do Secretário-Geral e da proposta da Líbia, e solicitou o Comité de Redacção a analisar o projecto de declaração apresentado pelo Secretariado, à luz do relatório, e a introduzir as recomendações apropriadas antes da sua submissão à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo.

5. Relatório do Secretário-Geral sobre os Desenvolvimentos no Médio Oriente e Palestina – Doc. CM/2268 (LXXVI)

101. O Relatório do Secretário Geral sobre a Situação no Médio Oriente e na Palestina foi apresentado pelo Secretário-Geral Adjunto responsável pelos Assuntos Políticos. Ele indicou que a situação na Palestina se tinha deteriorado gravemente tanto em termos de escalada do ciclo de violência pelo aumento das explosões suicidas dos grupos extremistas, como também pelos ataques sem precedente do exército Israelita que fizeram centenas de mortes e milhares de feridos entre os manifestantes palestinianos.

102. Apesar dos numerosos e urgentes apelos da comunidade internacional, Israel manteve durante vários meses o Presidente Yasser Arafat, como refém; ignorou a iniciativa de paz da Liga dos Estados Árabes, proposta no fim da sua 14^a Sessão Ordinária realizada no mês de Março de 2002, em Beirute (Líbano), que foi bem aceite, como base concreta e uma oportunidade histórica para a consecução de uma paz global e uma resolução duradoira e global do conflito na região.

103. O Secretário Geral Adjunto recordou a reocupação dos territórios palestinos pelas forças israelitas e as diferentes reacções internacionais às incursões militares israelitas na Palestina, a nível das Nações Unidas, a Liga dos Estados Árabes, a Conferência Islâmica, a União Europeia e da OUA.

104. Tratando-se da situação no Médio Oriente, os acontecimentos na Palestina tiveram igualmente uma incidência negativa sobre o processo de paz e conduziram ao regresso da tensão e da violência na região.

105. Convidado pelo Conselho a usar da palavra, O Sr. Farouk Kaddoumi, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Estado da Palestina, primeiramente, congratulou o Secretário Geral pelo seu relatório detalhado, cujas conclusões, muito importantes conforme a sua opinião, merecem uma atenção especial.

106. Seguidamente, ele explicou que os acontecimentos de Setembro de 2001, nos Estados Unidos, apesar de terem sido condenados pelo Presidente Yasser Arafat, tinham fornecido ao Primeiro Ministro o álibi, para levar a cabo ataques de grande envergadura contra o povo palestino, causando até agora, 2229 mortes, 7000 feridos entre os quais 464 crianças e 7540 detidos, dos quais 980 são crianças. Israel dividiu os territórios ocupados em 227 mini-zonas. Ele informou o Conselho que 7% da população de Gaza vive no limiar da pobreza, devido à sanção imposta pelo exército israelita e indicou que o objectivo era exactamente a eliminação física do Presidente Yasser Araft, e a exterminação do povo palestino.

107. Por outro lado, o Sr. Kaddoumi, informou o Conselho que todas as tentativas do Presidente Yasser Arafat visando a pôr termo à ocupação israelita, foram destruídas pelo Primeiro Ministro israelita, cuja arrogância foi até ao ponto de recusar o envio de uma missão de inquérito das Nações Unidas à Palestina. Ele denunciou a ingerência inaceitável do Presidente George W. Bush que na sua última declaração sobre o problema da Palestina, pediu ao povo palestino que elegeisse novos dirigentes.

108. Congratulou-se pelos esforços que o Secretário-Geral das Nações Unidas continua a envidar, a fim de encontrar uma solução ao problema palestiniano em conformidade com as diferentes resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

109. O Sr. Kaddoumi, finalmente, agradeceu os Estados Membros da OUA, individual e colectivamente, pelo seu apoio constante ao processo de paz no Médio Oriente e Palestina, e desejou que os Estados Membros da União Africana fizessem o mesmo ou mais ainda.

110. O Sr. Papa Louis Fall, Representante Permanente da República do Senegal junto às Nações Unidas e Presidente do Comité para o exercício dos direitos inalienáveis do povo palestino, na sua intervenção evocou que completavam 21 longos e dolorosos meses que a comunidade internacional, assiste impotente ou indiferente o prosseguimento da agressão israelita contra o povo palestiniano, uma questão que continua a semear o ódio, a morte, a desolação, com o argumento circunstancial da repressão do terrorismo, na base de bloqueio territorial, de blocos económicos e do bloqueio financeiro. Consideravelmente afectadas, mais ou menos desintegrada, as infraestruturas palestinianas deixaram de funcionar; as populações feridas na sua dignidade não têm outra alternativa senão, a cólera e a revolta, às vezes de uma forma mais contestável, em reacção aos actos de violência, provocação e terror causados pela prepotência israelita.

111. Todos estes actos foram denunciados pelo Comité para o exercício dos direitos inalienáveis do povo palestiniano. O Comité manifestou igualmente a sua frustração e consternação perante o processo do Conselho de Segurança, de impôr a implementação das suas próprias decisões, citando apenas o malogrado episódio do desmantelamento da equipa de verificação de factos, sobre os trágicos acontecimentos de Jenine, devido à recusa de Israel de cooperar com as Nações Unidas.

112. O Embaixador Papa Louis Fall concluiu encorajando as partes, particularmente Israel, a se conformarem às resoluções das Nações Unidas, nomeadamente as resoluções 242, 335, 1397 do Conselho de Segurança, a Convenção de Genebra de 1949 sobre a protecção de civis em tempo de guerra, a serem receptivos à necessidade de uma protecção internacional conforme as modalidades apropriadas.

113. Várias delegações intervieram sobre a questão e condenaram os actos de barbárie Israelita cujo objectivo era liquidar fisicamente o Presidente Yasser Arafat e levar o povo palestino ao estado de Bantustãos, ou senão à escravatura. Sublinharam que a questão palestinianas constitui o problema principal do Médio Oriente que não terá paz enquanto ela não for resolvido. Indicaram igualmente que chegou o momento de a África manifestar uma solidariedade ao povo palestino, na base de Resolução 1397 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

114. As delegações que intervieram a propósito consideraram que o Conselho deveria conferir mandato ao Presidente do Conselho para se envolver em nome da Organização, nas diferentes iniciativas. Saudaram a visita que a Dr^a Nkosazana Dhlamini-Zuma, Ministra dos Negócios Estrangeiros da República da África do Sul efectuou a Palestina, no quadro e à frente de uma missão do Movimento dos Países Não-Alinhados, num dos momentos particularmente difíceis da história da Palestina.

115. A maioria das delegações exprimiram a sua preocupação sobre a interferência dos Estados Unidos da América nos assuntos internos da Palestina, que solicitava a eleição de novos dirigentes. As delegações concordaram que o Sr. Yasser Arafat é e continua a ser o Presidente da Autoridade Nacional Palestina do Estado da Palestina, democraticamente eleito pelo seu povo.

116. Sublinharam a necessidade de o Conselho enviar uma mensagem de Solidariedade ao Sr. Yasser Arafat Presidente da Autoridade Nacional Palestina e solicitaram o Secretariado a preparar essa mensagem. Essas delegações solicitaram igualmente o Conselho a tomar novas iniciativas, tendo em conta as diferentes iniciativas existentes, sobre as quais se basearia o Presidente do Conselho, para um envolvimento mais activo da organização no processo de Paz da Palestina.

117. Finalmente, as delegações apoiaram a ideia da convocatória de uma sessão especial do Conselho de Segurança sobre a Palestina que devia ser prosseguida, assim como a de possibilidade de um Grupo de Chefes de Estado Africanos se deslocar a Palestina e a Israel a fim de contribuir para o processo de paz. De igual modo as delegações manifestaram a sua opinião de que se devia convocar uma sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas se o Conselho de Segurança não se reunisse.

118. Na sua conclusão, o Presidente do Conselho realçou o seguinte consenso:

- o Conselho deve reiterar a solidariedade africana para com o povo da Palestina;

- o Conselho deve reiterar o direito do povo palestino a um Estado independente;
- O Conselho deve exortar ambas as partes a se conterem e a realizar negociações com vista a alcançar uma paz justa e duradoura no Médio Oriente;
- a OUA deve participar mais na procura de uma solução ao problema Palestino por intermédio de um Comité que será criado para o efeito;
- a OUA deve, a semelhança das diferentes iniciativas, criar uma estrutura que será presidida pelo Presidente do Conselho;
- a OUA deve implantar um Comité restrito, constituído por dois países por região da questão;
- o Conselho deve recomendar os Chefes de Estado a explorar as vias e meios para o seu maior envolvimento nesta questão da Palestina.

IV. QUESTÕES ECONÓMICAS E SOCIAIS

1. Relatório do Secretário-Geral sobre a Implementação do Tratado de criação da Comunidade Económica Africana

a) Relatório do Secretariado Geral Doc. CM/2259 (a)

119. Ao apresentar o Relatório do Secretário-Geral sobre os Assuntos Económicos e Sociais, o Secretário-Geral Adjunto responsável pelo Departamento dos Assuntos da Comunidade informou o Conselho que, no que dizia respeito ao ponto sobre a implementação do Tratado de criação da Comunidade Económica Africana, havia sub-pontos com a OMC, as Negociações entre o ACP-UE ao abrigo do Acordo de Cotonou, o desenvolvimento das telecomunicações, planos de acção sobre o VIH/SIDA, a Malária e Outras Doenças Infecciosas e à Educação. Uma vez que as alíneas tinham sido já analisadas pelo Comité de Embaixadores e Outros Plenipotenciários, o Secretário-Geral Adjunto concentrou-se na apresentação do seguinte:

- Relatório de Actividades do Secretário-Geral sobre a Implementação do Tratado de criação da Comunidade Económica Africana- Doc. CM/2259 (LXXVI)- a; e
- Relatório sobre o Apoio Externo ao Programa de Integração no Continente – Doc. CM/2259 (LXXVI) – c.

120. O Conselho debruçou-se os breves relatórios sobre vários assuntos relacionados com a Integração e Desenvolvimento africano, incluindo o Relatório sobre a 15ª Sessão do Comité dos Ministros Africanos da Indústria; os Relatórios sobre a 4ª Assembleia Geral da Comissão sobre a População Africana; a Conferência Ministerial da OUA sobre o Emprego e a Luta contra a Pobreza que coincidiu com a realização da 25ª Sessão da Comissão do Trabalho e Assuntos Sociais da OUA; os Relatórios sobre a 1ª Conferência Ministerial sobre a Droga e sobre a Convenção Africana sobre a Conservação da Natureza e Recursos Naturais.

121. Relativamente aos Relatórios sobre as actividades das Comunidades Económicas Regionais (CERs), o Secretário-Geral Adjunto informou o Conselho que os representantes das CERs fariam as suas respectivas apresentações ao Conselho.

122. Por parte do Secretário-Geral Adjunto, as actividades realizadas consistiam principalmente em trabalhar com as CERs sobre assuntos relacionados com o lançamento da União Africana e o futuro das relações entre a União e as CERS. O Conselho foi informado sobre a breve comunicação feita pelo Secretariado sobre o processo de transição à Cimeira do COMESA, em Maio de 2002, em Adis Abeba. O resultado da reunião entre a OUA e as CERs realizada em Junho de 2002, sobre as futuras relações entre a OUA e as CERs, foi também apresentado ao Conselho. O Secretário-Geral Adjunto informou depois o Conselho sobre uma reunião programada para Durban entre o Secretário-Geral e o Chefes Executivo das CERs.

123. Ao apresentar a alínea sobre o apoio externo ao programa de integração, o Secretário-Geral Adjunto informou o Conselho sobre o apoio concedido pela Fundação Africana de Capacitação (ACBF), para a criação de uma Unidade de Apoio para a Análise de Políticas (PASU) na OUA, e pelo PNUD, que tinha fornecido a missão conjunta da OUA e CERs a NAFTA e a ASEAN. O Secretário-Geral Adjunto apelou aos parceiros de cooperação de África, no sentido de aumentarem a sua ajuda ao esforço de integração do Continente e exortou todos os Estados Membros a desempenharem o seu papel no financiamento da integração económica.

124. A esse respeito, apelou os poucos países restantes a ratificarem ou aderirem ao Tratado da AEC.

b) Relatório dos Secretariados das CERs – Doc. CM/2259 (LXXVI) b

i. Comunidade Económica dos Estados Sahelo-Saharianos (CEN-SAD)

125. O Secretário Geral da Comunidade dos Estados Sahrlo-Saharianos (CEN-SAD), Dr. Mohamed M. Medani AL-AZHARI, apresentou ao Conselho de Ministros um resumo das actividades realizadas no quadro da CEN-SAD desde a 37ª Sessão da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, realizada em Lusaka, em Julho de 2001. O Secretário-Geral da CEN-SAD observou que a iniciativa comunitária e as actividades realizadas se baseiam no Tratado de Abuja de 3 de Junho de 1991, no Tratado de 4 de Fevereiro de 1998, que cria a CEN-SAD e no Acto Constitutivo da União Africana, em seguida realçou que as actividades realizadas se inscrevem em quatro grandes domínios:

1. Domínio da Paz e da Segurança:

Nesse quadro e sob a orientação do Alto Mediador da CEN_SAD, o Guia da Revolução El-Fatah, o Coronel Moamar El Gaddafi, acções de promoção da paz através do diálogo, foram empreendidas pela CEN-SAD, particularmente no Chade, República Centro-Africana, Somália, Sudão, Eritreia/Etiópia.

2. Domínio do Desenvolvimento Rural, Água e Ambiente

O Secretário-Geral da CEN-SAD sublinhou que estas questões constituem uma prioridade e que foi desenvolvida uma parceria estratégica com a FAO, OSS e o CILSS. Informou o Conselho que os Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento Rural dos 18 países membros da CEN-SAD, se reuniram em Kartum em Outubro de 2000, e identificaram as vias e os meios para a protecção e reabilitação da vegetação e o ambiente. O Secretário-Geral da CEN_SAD informou igualmente o Conselho que os Estados Membros da OUA desejam a instauração de um Mercado Comum para os Produtos Agrícolas de Base no espaço CEN-SAD, para melhor lutarem contra a insegurança alimentar

e em apoio aos projectos contidos no Programa Especial de Segurança Alimentar PSSA-CENSAD/FAO.

3. Domínio do Comércio/Investimento

O Secretário Geral da CEN-SAD informou o Conselho acerca do lançamento de um estudo sobre as vias e os meios da instauração de uma zona franca CEN-SAD e que nesta perspectiva, os Directores das Alfândegas, do Comércio e os Responsáveis das Câmaras do Comércio se reunirão em Tripoli, em Agosto de 2002, para analisarem e apresentarem propostas de medidas provisórias.

4. Apoio Institucional face ao Advento da União

O Secretário Geral sublinhou que o Secretariado Geral da CEN-SAD manifesta toda a sua disponibilidade de apoiar, em conformidade com as disposições das altas instâncias, o desenvolvimento institucional da União Africana.

126. Por fim, o Secretário Geral da CEN-SAD observou que a CEN-SAD está aberta a todas as parcerias com as organizações que partilham os seus objectivos.

ii. Mercado Comum da África Oriental Austral (COMESA)

127. O Secretário-Geral da COMESA, Sr. Erastus Mwencha, falou da génese da sua organização: a COMESA foi criada em Dezembro de 1981 e com a designação da Zona de Comércio Preferencial (PTA) e foi transformada em Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA) em Dezembro de 1994. O Sr. Mwencha sublinhou o progresso da COMESA na integração do mercado, no desenvolvimento infraestrutural, na promoção do investimento e na paz e segurança. A este respeito, lembrou o lançamento da Zona Franca (FTA) da COMESA em Outubro de 2000. A FTA resultou numa notável viragem no comércio de terceiros países para a COMESA e que mais poderia ser atingido com uma infra-estrutura eficaz para facilitar o movimento de mercadorias e serviços.

128. O Sr. Mwencha informou o Conselho que o próximo marco histórico da COMESA é a introdução de uma Tarifa Externa Comum (TEC) até 2004. Destacou também as medidas tomadas pela COMESA para a facilitação do comércio através da adopção de instrumentos comuns. Falou também com detalhe sobre os instrumentos monetários e financeiros como o Banco Comercial e de Desenvolvimento, o Gabinete de Compensação e a Agência Africana de Seguro Comercial que a COMESA havia criado para garantir a integração.

129. Agência Africana de Seguro Comercial foi criada para cobrir riscos políticos e para o tratamento de questões relativas às percepções negativas que tenham afectado de modo adverso o investimento destinado a África. A Agência (ATI) foi aberta a todos os outros países no Continente e este projecto foi submetido para promoção pela NEPAD.

130. Em conclusão, o Sr. Mwencha informou o Conselho sobre os esforços empreendidos pela COMESA na área de prevenção de conflitos e promoção de paz.

ii. Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
(CEDEAO)

131. Ao fazer a sua intervenção, o Sr. Secretário Executivo da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Sua Exc^a Sr. Mohamed Ibn Chambas, informou o Conselho acerca das medidas de coordenação tomadas pela sua Comunidade para a implementação da NEPAD e os projectos essenciais sobre os quais a CEDEAO se debruça actualmente.

132. Evocou ainda os programas de liberalização das trocas, e o projecto de criação de uma Zona Monetária Única da CEDEAO em 2004. A Zona, explicou ele, surgirá da fusão da Zona CFA, e de uma segunda Zona criada pelos outros países da região. Realçou igualmente as medidas tomadas pela sua Comunidade para reduzir os défices que afectam certos países da região em matéria de energia.

133. Nos domínios da paz e segurança, ele evocou o mecanismo da CEDEAO criado para o efeito sentido, bem como as decisões tomadas pelos

Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO, para garantir a boa governação e a democracia, combater a corrupção e evitar as mudanças anti-constitucionais de governo.

iv) Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEAAC)

134. O Secretário-Geral Adjunto da CEEAC, Embaixador NELSON COSME, informou o Conselho sobre as actividades da sua organização, insistindo nas decisões tomadas durante a décima sessão ordinária da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CEEAC, realizada em Malabo, a 17 de Junho de 2002. Essas decisões referem-se a:

- a livre circulação de certas categorias de cidadãos dos Estados Membros no interior da Comunidade e, nomeadamente , a adopção do livrete e da carta de livre circulação, a criação de corredores nos aeroportos, portos e em alguns postos fronteiriços;
- a instituição de um mecanismo de financiamento autónomo e de uma contribuição comunitária de integração, cujo montante se calcula sobre o valor das taxas aduaneiras cobradas sobre as importações dos produtos originários de países terceiros;
- a segurança alimentar e a adopção de um Programa Regional para a Segurança Alimentar (PRSA);
- a criação da Rede de Parlamentos da África Central, antecedente ao Parlamento Sub-regional e a adopção de um protocolo a este respeito;
- a criação do Conselho da Paz e da Segurança da África Central (COPAX) e a adopção dos regulamentos internos dos órgãos desse mecanismo (TOMAC, MARAC, CDS);
- a criação da zona franca da CEEAC a partir do ano 2004;
- o mandato atribuído ao Secretário-Geral da CEEAC de acompanhar as actividades do NEPAD.

135 .Por último, o Secretário-Geral Adjunto informou o conselho do regresso da República do Rwanda ao seio da CEEAC, após alguns anos de ausência.

v) Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD)

136. O Director dos Assuntos Económicos que, depois de ter dado as informações gerais relativas à sua Organização, afirmando que a IGAD que tinha sido criada para combater a desertificação e a seca, transformou-se no Fórum que doravante, debate todas as questões da Sub-região, a fim de vencer os desafios da auto-suficiência e estabelecer uma cooperação para um desenvolvimento duradouro.

137. Para esse fim, foram definidos seis domínios prioritários para a promoção da integração.

138. O Secretariado da IGAD, disse ele, estabeleceu um departamento que se ocupa da resolução de conflitos e uma secção para as questões ligadas ao género. Concluindo, o Representante da IGAD solicitou o Conselho a dedicar mais atenção à discussão do programa das Comunidades Económicas Regionais (CERs) que são os pilares da Comunidade Económica Africana.

vi. SADC

139. O relatório sobre as actividades de integração da SADC foi apresentado pelo Secretário Executivo Adjunto, Sr. Albert M. Muchanga. Ao fazê-lo, realçou os elementos do programa de reestruturação que deu início em Março de 2001 e que impulsionou a região da descentralização para a centralização em termos das actividades de secretariado. A este respeito, afirmou que os vinte e um antigos sectores descentralizados tinham sido agrupados em quatro agrupamentos que constituem as quatro direcções de programas do Secretariado.

140. Acrescentou que, em substituição dos sectores abolidos, haviam sido criados Comitês Nacionais (CNs) da SADC, responsáveis pela elaboração e implementação de programas a nível nacional e realçou que estes podiam integrar representantes do governo, das associações de empregadores e de trabalhadores, do sector privado, de deputados e de ONGs. Indicou ainda que estava em vias de ser preparado um Plano Indicativo Estratégico de

Desenvolvimento Regional (PIEDR) que definirá os projectos e programas, a velocidade e a sequência do processo de integração regional e abordará as questões de capacitação e equidade.

141. Passou depois a reflectir sobre o progresso realizado em matéria da integração nos domínios da convergência da política macro-económica, trocas comerciais, participação do sector privado, integração do género, respostas à crise alimentar, defesa e segurança. Informou a sessão da assinatura de vinte protocolos que, quando ratificados, iriam tornar as políticas internas dos Estados Membros compatíveis com as políticas regionais, fomentando assim a integração. Referiu-se ainda às actividades de colaboração com outras agências tais como a OUA, a CEA, a COMESA, e o Comité de Directivo do NEPAD. Ele concluiu indicando que a SADC havia contribuído para a elaboração de critérios para albergar algumas instituições da UA e apelou ao Conselho para dedicar mais tempo à discussão de questões de desenvolvimento sócio-económico e integração regional.

c) Apoio Externo ao programa de Integração no Continente
Doc. CM/2259 (LXXVI) c

142. Ao apresentar este ponto, o Secretário-Geral Adjunto encarregado dos Assuntos Comunitários realçou a importância de acelerar o passo da integração regional, com o intuito de atingir os objectivos da União Africana. Informou o Conselho sobre o apoio que a OUA e as CER têm vindo a receber de dois parceiros de desenvolvimento – a Fundação Africana para o Reforço das Capacidades (FARC) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – no âmbito da implementação de programas e políticas de integração. De modo a assegurar que África não transmita um imagem errada aos parceiros de desenvolvimento no que respeita o empenho no domínio da integração, o Secretário-Geral Adjunto exortou os Estados Membros que ainda não tivessem ratificado o Tratado que Estabelece a Comunidade Económica Africana que o fizessem sem maior atraso

Cimeira África/Europa

143. O Secretário-Geral Adjunto responsável pelo Departamento dos Assuntos da Comunidade apresentou o relatório do Secretariado Geral CM/2259 (LXXVI) a . Recordou à Adenda à Nota Introdutória do Secretário-Geral que menciona a oferta de Portugal em acolher a 2ª Cimeira África –

Europa, em Abril de 2003, em Lisboa. Nenhuma objecção foi feita pelo Conselho quanto à participação nesta Cimeira.

144. O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Burquina Faso que usou da palavra para completar a apresentação do Secretário Geral Adjunto sobre a 2ª Conferência Ministerial África –Europa, prevista para Ouagadougou, em Novembro de 2002, indicou que a Reunião do Grupo Biregional que deve anteceder a 2ª Conferência, realizar-se-á em Setembro, depois da Cimeira de Joanesburgo sobre o Desenvolvimento Duradouro. Acrescentou, além disso, que em Ouagadougou, para além das questões ligadas à dívida e aos bens culturais, a Conferência deveria dedicar-se a outras questões importantes, nomeadamente a NEPAD, tendo em conta os resultados obtidos na Cimeira do G8, crimes organizados e o tráfico de mulheres e crianças.

145. Nas discussões que seguiram a intervenção do Secretário-Geral Adjunto e do Director Executivo das CER, algumas delegações referiram-se à necessidade de dar prioridade à questão da integração regional e que os Estados Membros se comprometessem a proporcionar recursos para o processo. Também foi realçada a necessidade de fortalecer as relações com parceiros de desenvolvimento com o intuito de obter mais recursos para a promoção da integração regional africana.

146. Realçaram igualmente a necessidade de ratificação do Tratado que cria a Comunidade Económica Africana e a aceleração do processo de integração económica através de uma Posição Comum sobre o Comércio e o Investimento, bem como um sistema único de regras de origem e através da harmonização dos padrões alfandegários.

147. Na sua intervenção, o Ministro do Comércio da África do Sul, elogiou as CERs pelos progressos realizados a nível das suas várias regiões e recomendou que já era tempo de se dar início a alguma iniciativa a nível continental, particularmente na área do comércio. A esse respeito, disse que era necessário elaborar um directório mais efectivo de exportações e um Sistema Comum de Regras de Origem. Solicitou que fossem analisados a nível continental, projectos sobre normas comuns, e a harmonização de capacidade e documentação alfandegárias, uma vez que essas quatro áreas constituíam a base para o desenvolvimento do comércio.

148. O Conselho, que aceitou o convite do Burquina Faso e realçou que a UE devia ser efectivamente representada a nível ministerial na Conferência de Ouagadougou e que as duas partes deviam ter uma forte representação a nível ministerial nessa reunião. Solicitou o Secretariado a contactar a parte da EU com vista a assegurar que os Estados da União Europeia sejam representados por Ministros.

149. No termo da análise sobre este ponto, o Conselho:

- a) pediu aos Estados Membros, que ainda não o fizeram, a assinarem e/ou ratificarem o Tratado de criação da Comunidade Económica Africana;
- b) decidiu consagrar, durante as suas próximas reuniões, mais tempo às questões de integração económica;
- c) solicitou o Secretariado a efectuar as diligências necessárias para a preparação dos Estatutos da Academia Africana de Línguas;
- d) solicitou o Secretário-Geral e as CERs a atribuir prioridade às iniciativas de integração continental para a aceleração do processo de integração;
- e) identificou as seguintes áreas prioritárias:
 - (i) preparação de um directório de exportadores em África;
 - (ii) harmonização das Regras de Origem das diversas regiões
 - (iii) harmonização das normas entre e no seio das CER
 - (iv) reforço das capacidades na áreas das alfândegas e harmonização dos documentos aduaneiros

2. Relatório do Secretário-Geral sobre os resultados da 15ª Sessão da Conferência dos Ministros Africanos da Indústria (CAMI-15) – Doc. CM/2260 (LXXVI)

150. O Secretário-Geral Adjunto responsável pelo Departamento dos Assuntos da Comunidade, apresentou o relatório da 15ª Sessão Ordinária dos Ministros Africanos da Indústria, que teve lugar em Yaoundé, de 29 a 30 de Outubro de 2001. Ele chamou a atenção do Conselho para os resultados da reunião, em particular, a necessidade de a CAMI continuar a existir, assegurando ao mesmo tempo, uma maior participação do sector privado no processo da industrialização da África. Ele solicitou todos os Estados Membros, as Comunidades Económicas Regionais e as outras partes envolvidas no processo da industrialização da África a tomarem todas as disposições necessária para a implementação das resoluções adoptadas.

151. O Conselho tomou nota do relatório e adoptou as recomendações nele contidas.

3. Relatório do Secretário-Geral sobre a 4ª Assembleia Geral da Comissão Africana da População – Doc. CM/2261 (LXXVI)

152. O relatório foi introduzido pelo Secretário Geral Adjunto responsável pelo Departamento dos Assuntos Comunitários, que invocou a criação da ACP, em 1994, e, em seguida, debruçou-se sobre as principais questões de população abordadas pela 4ª Assembleia Geral da APC, baseada no tema Mobilização do Compromisso Político para as Acções Nacionais ligadas às Actividades de População no quadro da União Africana. Concluiu felicitando o FNUAP pelo seu continuado apoio à OUA.

153. Nas discussões que se seguiram, o Ministro do Senegal invocou a Decisão de Lusaka relativa à população, que tinha recomendada colaboração com a OIM na identificação de programas nesta área. O Ministro apelou aos Estados Membros para que implementassem a decisão.

154. O Conselho felicitou a apresentação, tomou nota do relatório e aprovou as recomendações nele contidas.

4. Relatório do Secretário-Geral sobre a 25ª Sessão Ordinária da Comissão do Trabalho e dos Assuntos Sociais da OUA e a Conferência Ministerial sobre o Emprego e o Alívio da Pobreza em África – Doc. CM/2262 (LXXVI)

155. Dirigindo-se ao Conselho sobre este ponto o Director Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Sr. Juan Somavia, agradeceu o Secretariado da OUA por tê-lo convidado para a reunião e afirmou que o desenvolvimento de África constituía o desafio do Vigésimo-primeiro Século e em particular da União Africana. Sublinhou que uma mudança de abordagem e atitude, bem como a criação de emprego para todos era essencial para o alcance do desenvolvimento no Continente. Realçou que a agenda da OIT consistia em promover trabalho decente em todos os Estados Membros, nomeadamente, a promoção de emprego, protecção social, princípios e direitos fundamentais no trabalho e diálogo social.

156. Para enfrentar este desafio, o Director Geral da OIT, exortou a África, ao traduzir a visão reflectida no Acto Constitutivo da União Africana em estratégias e programas regionais concretas, a colocar o emprego com um objectivo em si, e não uma componente das políticas macro-económicas. Propôs também que a criação célebre de um número cada vez maior de empregos decentes, fosse considerada como um dos principais indicadores do futuro sucesso da União Africana bem como outras iniciativas que incluem a NEPAD.

157. Salientou que a OIT tinha tido um longa histórica de colocação benéfica com a OUA e as Comunidades Económicas Regionais (CERs). Realçou também que a OIT era a única instituição tripartida das Nações Unidas que promove o diálogo social como instrumento de desenvolvimento.

158. Falando da globalização, notou que o seu fracasso se devia ao facto de ela não ter providenciado emprego suficiente para o aumento da força de trabalho a nível mundial. Ele referiu-se ao resultado da 25ª Sessão da Comissão de Trabalho e dos Assuntos Sociais da OUA, realizada em Ouagadougou, que se concentrou principalmente na promoção de emprego

e luta contra a pobreza. Elogiou o Governo do Burquina Faso e em particular o Presidente Blaise Campaoré pelo seu apoio e compromisso e o Secretário-Geral da OUA Amara Essy, para a realização da Conferência.

159. O Sr. Somavia informou depois o Conselho sobre alguns programas principais que estão a ser implementados pela OIT, sobre o impacto do VIH/SIDA nos locais de trabalho, e a eliminação das piores formas de trabalho infantil, crises e reconstrução após conflito, bem como sobre as actividades da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social e de Globalização recentemente criada pela OIT sob a Co-presidência do Presidente Mkapa da República Unida da Tanzânia e do Presidente Halonen da Finlândia.

160. O Secretário-Geral Adjunto responsável pelo Departamento dos Assuntos da Comunidade recomendou em seguida o Conselho a aprovar o relatório para posterior encaminhado aos Chefes de Estado e de Governo.

161. No debate que seguiu, o Chefe da delegação do Burkina-Faso felicitou o Director Geral da OIT pelo seu discurso. Lembrou a decisão tomada em Lusaka, em Julho de 2001, de se realizar uma Reunião Ministerial sobre a Promoção de Emprego e Luta contra a Pobreza, juntamente com a 25^a Sessão da Comissão do Trabalho e dos Assuntos Sociais da OUA. Elogiou a qualidade singela do tripartismo que existia em África e ainda o facto de, durante a reunião no Burkina Faso, os trabalhadores, Empregadores e todos os intervenientes terem sido coerentes nos seus esforços para encontrar a luta contra a pobreza e promover o diálogo social no continente. Instou o Conselho a recomendar que a Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais fosse mantida na estrutura da União Africana.

5. Relatório do Secretário-Geral sobre a Conferência Ministerial da OUA sobre o Combate à Droga em África – Doc. CM/2263 (LXXVI)

162. Ao apresentar este ponto da Agenda, o Secretário Geral Adjunto, responsável pelo Departamento dos Assuntos Comunitários, invocou a magnitude das consequências socio-económicas relacionadas com o tráfico de drogas ilícitas e o abuso de drogas narcóticas e de substâncias psicotrópicas em África, conforme salientado pelo Conselho, em Lusaka. Em Lusaka, o Conselho tinha mandatado o Secretariado para organizar a

Primeira Conferência Ministerial da OUA relativa ao Combate à Droga em África.

163. Foi neste contexto que a OUA, em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Combate à Droga (UNDCP), organizou a Primeira Conferência Ministerial da OUA sobre o Combate à Droga em África, em Yamoussoukro, Côte d'Ivoire, de 6 a 11 de Maio de 2002.

164. O Secretário Geral Adjunto informou o Conselho de que a Conferência tinha comunicado uma mensagem à Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a Criança solicitando que esta atribuísse prioridade às medidas concebidas para proteger a criança contra a influência de drogas e de outras substâncias narcóticas e psicotrópicas.

165. O Secretário Geral Adjunto concluiu a sua apresentação informando o Conselho de que o Projecto Conjunto da OUA/UNDCP seria concluído em Julho de 2002 e que o Conselho tinha aprovado, em Lusaka, a criação de uma Unidade de Combate à Droga e Prevenção do Crime dentro da União Africana (UA).

166. O Secretário Geral Adjunto recomendou que, para a continuidade deste programa na OUA/UA, o Conselho devia instruir o Secretariado para criar uma Unidade de Combate à Droga e Prevenção do Crime a ser dirigida pela actual Perita Internacional em matéria de Combate à Droga.

167. Na discussão que se seguiu, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Nigéria, invocou que a Cimeira de Lusaka, de 2001, tinha discutido sobre as dificuldades enfrentadas em relação ao programa de combate à droga na OUA e que o Programa da OUA/UNDCP estava então a chegar ao fim, sem que tivesse alcançado a maior parte dos seus objectivos. Por conseguinte, o Conselho tinha apelado ao UNDCP para que concedesse uma prorrogação de um ano por forma a garantir a consecução dos objectivos do programa e para que fosse desenvolvido um programa de trabalho para a OUA, com o apoio institucional apropriado. O Ministro da Nigéria manifestou o seu apreço ao PNUD pela extensão do programa por mais um ano e congratulou o Secretariado da OUA pela organização bem sucedida da Conferência Ministerial e pelos seus esforços na sensibilização quanto à ameaça que as drogas representam para o futuro de África. Também manifestou o seu apreço ao Governo de Côte d'Ivoire pelo acolhimento da

Conferência. Prestou igualmente homenagem ao PNUD, à Organização dos Estados Americanos (OAS), aos governos da Grã-Bretanha, da Alemanha, da Itália e da Suécia pelo seu apoio financeiro e moral, que garantiu o sucesso da Conferência Ministerial.

168. O Conselho foi, em seguida, exortado para endossar todas as recomendações a si submetidas pela Conferência de Yamoussoukro, que incluíam a revisão e a actualização do Plano de Acção da OUA para o Combate à Droga; uma Posição Africana Comum em relação ao Segmento Ministerial da Comissão sobre Drogas Narcóticas (CMD), que terá lugar em Viena, Áustria, em Abril de 2003, e a dedicação dos Jogos de Toda a África (All África Games) ao combate ao abuso da droga, cujo tema é “DESPORTO CONTRA O ABUSO DE DROGA EM ÁFRICA”, que terão lugar em 2003, em Abuja, Nigéria.

169. Em conclusão, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Nigéria reiterou a necessidade da OUA/UA providenciar fundos dentro do seu orçamento para o projecto bem como pessoal adequadamente formado em questões relativas à droga, como medidas essenciais para a sustentabilidade do programa.

170. O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Nigéria prestou tributo à Perita Internacional em Matéria de Combate à Droga que foi destacada ao Secretariado da OUA pelo Governo da República Federal da Nigéria. O Ministro prosseguiu dizendo que os resultados da Conferência Ministerial constituíam um testemunho dos seus esforços, uma vez que a questão de combate à droga foi colocada resolutamente na agenda de África. O Ministro apelou então para que o Conselho produzisse uma Decisão ou Declaração que reflecta as questões por si levantadas.

171. O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Quênia apoiou as propostas apresentadas pela Nigéria, mas recomendou que, para a sustentabilidade do programa de combate à droga, a União Africana devia criar uma Unidade de Combate à Droga e Prevenção do Crime e que havia necessidade de formação de pessoal na área de combate à droga.

172. O Conselho tomou nota do relatório e aprovou as recomendações.

6. a) **Convenção Africana sobre a Conservação da Natureza e de Recursos Naturais – Doc. CM/2265 (LXXVI)**
- b) **Processo Africano de Desenvolvimento e Protecção do Ambiente Marinho e Costal – Doc. CM/2264 (LXXVI) Add.2**
- c) **Proclamação do Dia Africano do Meio Ambiente – Doc. CM/2264 (LXXVI) Add.3**

173. Ao introduzir este ponto da agenda, o Secretário Geral Adjunto, responsável pelo Departamento dos Assuntos Comunitários, apresentou a justificação que serviu de base para a revisão da Convenção de Argel. O Secretário Geral Adjunto salientou que a revisão tinha tomado em conta as disposições relevantes dos recentes documentos de política da OUA bem como a actual conjuntura internacional, em particular, as Convenções sobre os recursos naturais. O Secretário Geral Adjunto indicou ainda que a revisão tinha também tomado em consideração as questões contemporâneas na formulação de convenções multilaterais como também os conceitos e as práticas de manejo dos recursos naturais. O Secretário Geral Adjunto informou a reunião de que a Convenção revista permitiria a cooperação entre as Partes na gestão dos recursos transfronteiriços em África e, ao mesmo tempo, cumprir com as suas obrigações internacionais em relação a outras convenções a que possam ser Partes. O Secretário Geral Adjunto concluiu exortando o Conselho para que recomendasse a adopção do relatório pela Cimeira, para que seja submetida para assinatura pelo Conselho, em Joanesburgo, em Setembro de 2002, aquando da Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (WSSD).

174. Durante as deliberações sobre este ponto, as delegações informaram ao Conselho de que a Convenção seria examinada pelos seus peritos legais a fim de garantir a sua compatibilidade com a sua legislação interna e, portanto, recomendaram que a decisão sobre a matéria fosse deferida até a recepção de mais esclarecimento pelos peritos. O Secretariado recordou, então, ao Conselho de que a próxima Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável seria realizada em África porque o Continente

tinha sofrido muito mais em relação aos outros com os problemas ambientais, e que não seria aconselhável a África não apresentar a Convenção revista durante a referida Cimeira. Finalmente, o Conselho recomendou que os Estados Membros deviam, tão cedo quanto possível, examinar o projecto de Convenção e enviar os seus comentários ao Secretariado por forma a permitir que o projecto de Convenção seja finalizado a fim de ser submetido à WSSD.

175. A delegação da Nigéria introduziu, então, o ponto relativo ao Processo Africano de Desenvolvimento e Protecção do Meio Ambiente Marinho e Costeiro, que tinha sido submetido nos pontos propostos pelos Estados Membros. A delegação invocou a Nigéria, como Presidente do Comité sobre o Meio Ambiente, tinha levantado a questão da contribuição de África à WSSD, na Cimeira de Lusaka. Relativamente a este aspecto, uma reunião preparatória, sob os auspícios do Presidente Olusegun Obasanjo, tinha tido lugar de 17 a 19 de Junho de 2002, em Abuja, onde a situação do meio ambiente marinho e costeiro foi identificada como sendo o principal constrangimento ao desenvolvimento sustentável.

176. A delegação da Nigéria invocou ainda que a iniciativa de Julho de 1998, em Maputo, e a Conferência de Dezembro de 1998, na Cidade do Cabo, tinham identificado as causas da degradação costeira e apresentaram recomendações para a sua resolução. A delegação da Nigéria acrescentou que, na reunião de Abuja, tinham sido identificados cinco temas e tinha sido formulada uma Resolução, fundamentada no facto de que o desenvolvimento sustentável dependia essencialmente de uma gestão correcta dos recursos naturais.

177. A reunião foi então informada de que o Processo beneficiava de forte apoio dos parceiros internacionais como meio de alívio da pobreza. Finalmente, a delegação submeteu um projecto de decisão sobre a matéria a ser endossado pelos Chefes de Estado e de Governo.

178. Na discussão que se seguiu, o Conselho reconheceu a enorme importância da questão e propôs o alargamento do Comité por forma a dar oportunidade a todos os Estados Membros interessados em contribuir à discussão. Em seguida, o Conselho emendou o parágrafo dois do projecto de decisão, que a passou a ter a formulação seguinte: “Também convida todos os países africanos para apoiarem e participarem activamente no Processo Africano para o desenvolvimento do meio ambiente marinho e costeiro, através de, *inter alia*, propostas de projectos regionais e sub-regionais nos cinco temas identificados”, e ficou acordado que fosse

submetido à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo para o endosso.

179. O outro ponto interligado, designadamente, a Proclamação do Dia Africano para o Meio Ambiente, foi introduzido pela delegação da Líbia. A delegação apresentou o contexto que serviu de base para o desenvolvimento da proposta, incluindo de recursos naturais abundantes com que o Continente é dotado, a variedade climática bem como a pilhagem das florestas africanas pelos antigos colonialistas a produção de madeira. Então, propôs a proclamação do dia 3 de Março como Dia Africano para Meio Ambiente. A delegação sublinhou o facto de que a proposta não acarretava quaisquer implicações orçamentais à Organização, mas que esta contribuiria na sensibilização das populações africanas em relação à importância do meio ambiente. Para comemorar o evento, foi sugerido que os países podiam organizar seminários e *workshops* como também excursões, a fim de permitir que os cidadãos se familiarizem com a riqueza dos recursos naturais e do meio ambiente nos seus países respectivos.

180. O Conselho apoiou totalmente a proposta da proclamação de 3 de Março de cada ano, como o Dia Africano para Ambiente e contribuiu ideias para sua comemoração. Tomou nota das reservas feitas pelo Malawi, uma vez que 3 de Março é celebrado como o Dia dos Heróis em Malawi.

V. CONSIDERAÇÃO DO RELATÓRIO DO COMITÉ DE EMBAIXADORES E OUTROS PLENIPOTENCIÁRIOS

181. O Relatório foi apresentado pelo Senhor Mame Bella Sy, Embaixador da República do Senegal na Etiópia e Representante Permanente junto à OUA, Presidente da 15^a Sessão Ordinária do Comité dos Embaixadores e outros Plenipotenciários. O Senhor Mame informou o Conselho que a Reunião dos Embaixadores decorria num clima de tolerância e de serenidade, marcada pela vontade comum dos Representantes Permanentes de se enquadrarem na dinâmica da União. Ele voltou a traçar as grandes linhas do Relatório de forma seguinte:

- O Comité dos Embaixadores notou com grande preocupação a situação financeira da Organização quanto aos atrasos e propôs

que o Conselho exercesse um apelo aos Estados Membros que tem atrasos de contribuição no sentido de pagarem urgentemente as suas obrigações financeiras a fim de dotar a União Africana dos meios necessários para a implementação dos seus programas;

- Relativamente à escala das contribuições, o Comité foi confrontado com uma questão complexa marcada por uma proposta no sentido de baixar o limite das contribuições para alguns Estados e a subida do mínimo para outros, e recomendou que a submetesse ao Conselho para autorizar que os peritos designados pelos Estados Membros prossigam os trabalhos com vista a dar solução apropriada;
- Relativamente à revisão das condições de serviço do pessoal actual da OUA, o Conselho foi informado que o estudo empreendido pelo Secretariado sobre a questão tal como recomendada no mês de Março de 2002, não tinha sido submetido a tempo no Comité para análise. De igual modo, o estudo continha insuficiências que não permitiram aos Embaixadores formular ao Conselho propostas reais sobre a solicitação do Secretariado, de aumentar os salários à 69,8%, conforme as conclusões do estudo. Por conseguinte, dado que o relatório não respondia à preocupação do Comité na base dos compromissos obtidos, tendo em conta as realidades das condições de trabalho difíceis do pessoal na OUA, os Embaixadores recomendaram ao Conselho a adopção de aumento de 15%, esperando que o estudo seja finalizado e a adopção da nova estrutura da Comissão;
- Sobre as questões sociais e económicas, o Senhor Mame chamou a atenção do Conselho para as questões em discussão relativas às pandemias tais como o VIH/SIDA, o paludismo, a tuberculose e a mosca tsé-tsé, que provocam flagelos no Continente.

182. Abordando as questões jurídicas, o Relatório dos Embaixadores informou o Conselho da situação das ratificações de alguns instrumentos jurídicos, nomeadamente o Protocolo relativo ao Parlamento Pan-africano. O Conselho foi informado de que o Protocolo tinha sido assinado por vinte e um (21) países e que no total de 27 ratificações requeridas para permitir a entrada em vigor do protocolo, somente quatro (4) países o ratificaram,

nomeadamente Botswana, Mali, República Árabe Saharaoui Democrática e África do Sul.

183. O Conselho foi também informado que os Estados que ainda não tinham ratificado o Acto Constitutivo não eram juridicamente Membros. Contudo, a recomendação do Comité foi que devia tomar-se em consideração o espírito da União Africana para permitir que todos os Estados Membros convidados participem na Conferência inaugural. Ao mesmo tempo, o Comité apelou os Estados referidos a acelerar o processo de ratificação;

184. O Presidente do Comité concluiu informando o Conselho das mensagens de encorajamento que endereçou a Associação África Ajuda África, uma iniciativa africana da ajuda mútua de financiamento de solidariedade, que deixou a sua marca nalgumas partes do Continente, e recomendou que o Conselho encorajasse esta iniciativa e autorize a organização de actividades específicas de angariação de fundos para apoiar esta iniciativa.

185. Na sequência de uma breve troca de impressões sobre o relatório, as implicações financeiras da proposta de um aumento de salários do pessoal da OUA, assim como a disponibilidade dos fundos, o Conselho adoptou o relatório sem emendas e solicitou ao Secretariado Geral que implementasse escrupulosamente a recomendação relativa ao aumento de 15%.

186. O Conselho, a exemplo do Comité dos Embaixadores, louvou a acção da Organização Humanitária da África Ajuda a África. O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Senegal agradeceu o Conselho pelas suas felicitações e encorajamentos à AAA, cuja Sede se encontra em Dakar, e propôs acções para angariação de fundos, tais como festas de gala, torneios de futebol inter-africanos para o financiamento da Organização.

187. Várias delegações apoiaram esta intervenção.

188. Finalmente, o Conselho lançou um apelo aos Estados Membros que ainda não ratificaram o Protocolo relativo ao Parlamento Pan-Africano, para que o fizessem urgentemente a fim de se acelerar o processo da União Africana.

189. O Conselho dedicou a sua atenção ao parágrafo do relatório que se relaciona com a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação e a necessidade de a África apelar para a existência de um mecanismo financeiro internacional para a sua implementação, sendo o Continente o mais afectado pela seca e desertificação. O Conselho acordou que a África deveria fazer pressão com vista à criação de um tal mecanismo, para a concretização da UNCCD, durante a próxima Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, programada para Setembro de 2002, na África do Sul, Para além disso, foi acordado que, durante a Conferência, devia-se solicitar a utilização dos recursos do Fundo Global para o Ambiente para o mesmo fim.

VI. PONTOS PROPOSTOS PELOS ESTADOS MEMBROS

1. Desenvolvimento dos Recursos Humanos para a Área da Saúde em África – Doc. CM/2264 (LXXVI) Add.1

190. O Relatório sobre o Desenvolvimento dos Recursos Humanos em prol da Saúde em África: Desafios e Oportunidades para Acção, foi apresentado por Sua Excelência, Rudolph Adada, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República do Congo, que solicitou que o Conselho se debruçasse sobre o problema da fuga de cérebros que tem vindo a contribuir para que muitos profissionais africanos saiam do continente para exercer as suas profissões no exterior. Realçou que a situação actual era crítica, em particular no sector da saúde, no qual o pessoal estava a enfrentar a pandemia da SIDA e outras emergências. O Ministro notou que os profissionais africanos, enquanto vivem do estrangeiro, adquirem conhecimentos e experiência que seriam úteis para os países de origem. Adiantou que o Relatório fundamentava-se na estratégia do Gabinete Regional para África da OMS. Concluiu com uma proposta que o ano 2004 fosse declarado o ano para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos em prol da Saúde em África.

191. Antes de abrir o debate, o Presidente da Sessão aludiu à gravidade deste assunto, que já havia sido discutido no passado mas não suficientemente tratado. Apontou para o facto que as previsões indicam que a fuga de cérebros irá piorar no futuro, a não ser que África interferisse em breve.

192. Na discussão que seguiu, o Conselho notou a importância do tema e louvou a República do Congo por tê-lo apresentado. Realçou a importância do papel desempenhado pela saúde no desenvolvimento económico a nível individual e geral. Referiu-se depois o Programa de Migração para o Desenvolvimento em África (MIDA) que havia sido introduzido na Cimeira da OUA em 2001 pela OIM (Organização Internacional da Migração), realçando a sua importância como canal para os cidadãos servirem os países de origem. Lembrou-se o Conselho que havia muitos profissionais dispostos a regressar em condições atraentes e comparáveis.

193. Foi realçada a relevância do Desenvolvimento dos Recursos Humanos (DRH) para os programas de desenvolvimento tal como o NEPAD. Algumas Delegações referiram-se aos desafios enfrentados e aos esforços envidados nos seus países com o intuito de melhorar a infra-estrutura, desenvolver os recursos humanos e encorajar o regresso de profissionais na diáspora. Algumas delegações informaram o Conselho das vantagens que os seus países tinham tirado da cooperação sul-sul, particularmente envolvendo os médicos cubanos. Notaram, contudo, que o problema da fuga de cérebros estava a afectar todos os sectores de desenvolvimento, não apenas a saúde.

194. O Conselho depois adoptou o Relatório e concordou que:

- i) deviam ser envidados esforços no sentido de desenvolver os recursos humanos em África com destaque para a saúde;
- ii) o ano 2004 fosse declarado o Ano para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos (em prol da Saúde);
- iii) deve ser promovida a cooperação sul-sul e norte-sul em matéria do desenvolvimento dos recursos humanos;
- iv) a OUA/UA e a OIM intensifiquem o apoio ao Programa MIDA;
- v) a OUA/UA abordasse o desenvolvimento dos recursos humanos no contexto do NEPAD.

2. Implementação e Universalidade da Convenção sobre a Interdição do Desenvolvimento e Produção de Armas Químicas – Doc. CM/ 2264 (LXXVI) Add.5

195. Este ponto da Agenda foi apresentado pelo Dr. Moustafa Osman Ismail, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Sudão. Depois de ter recordado o conteúdo da Convenção, ele apresentou um breve resumo das vantagens que a adesão a membro da Organização para a Proibição de Armas Químicas (OIAC) oferece aos países africanos, tanto no que tange a ajuda ao desenvolvimento de infra-estruturas científicas e técnicas dos Estados Membros como no reforço das capacidades de uso pacífico da química.

196. Ele informou o Conselho que o seu Governo, em colaboração com a OIAC, acolheu em Khartoum, de 9 a 11 de Março de 2002 um seminário sobre a Convenção sobre as armas químicas com o objectivo de reforçar a capacidade dos Estados Participantes da África, de criar os instrumentos bem como de promover a sua universalidade no Continente, onde 17 países todavia não fazem parte da Convenção. A sessão de trabalhos teve o seu arranque com a adopção, por parte dos participantes, de várias recomendações que concernem entre outras, a necessidade de criar uma zona isenta de armas químicas em África. Para concluir, o Ministro realçou a necessidade de garantir a universalidade da Convenção e a sua eficaz implementação em África.

197. O Conselho reiterou o seu apoio às recomendações formuladas pelo Ministro. A esse respeito, realçou o facto da África que nunca esteve implicada na fabricação de armas de destruição massiva, incluindo as armas químicas, deveria estar na vanguarda dos esforços que visam a promover a Convenção sobre a proibição de armas químicas. Adiantou que, o apoio às decisões das Nações Unidas sobre a redução de armas químicas e outras armas de destruição massiva determinam que a particularidade da sua situação não o permitirão de se alinhar às recomendações saídas.

3. Restituição dos Monumentos Africanos Pilhados: O Obelisco de Axum – Doc. CM/2264 (LXXVI) Add.6

198. Este ponto foi apresentado pelo Sr. Tekeda Alemu, Ministro do Estado para os Negócios Estrangeiros da Etiópia que recordou que o obelisco tinha sido expatriado ilegalmente em 1937 pelas forças de ocupação fascistas da Itália, e depois erigida frente à sede da FAO em Roma.

199. Desde então, várias medidas foram tomadas pela Etiópia, e vários compromissos foram assumidos pela Itália, no sentido da restituição do obelisco. Infelizmente, a Itália nunca soube honrar o seu compromisso. Na impossibilidade de evocar quaisquer outros argumentos de ordem técnica, tem usado argumentos retardadores para adiar a resolução desta questão.

200. Considerando que todos os esforços envidados pela Etiópia revelaram-se infrutíferas, ao nível bilateral, ela decidiu submeter o assunto às instancias do Conselho dos Estados Membros.

201. Existe uma outra razão que explica a exortação da Etiópia a procurar a OUA: na véspera do seu desaparecimento, o autor cuja obra mais significativa fora a luta vitoriosa contra a colonização, sob todas as suas formas, convidou a Etiópia a dedicar-se ao seu último combate anti – colonial

202. Enfim, certamente que se o obelisco foi ilegalmente expatriado da Etiópia, ele pertence também, incontestavelmente ao património cultural de toda a África.

203. Todas as delegações apoiara a iniciativa etíope e salientaram a necessidade de preservar a herança cultural da África.

204. O Conselho lembrou que, numa perspectiva mais global, a questão da restituição dos bens culturais africanos ilegalmente exportados tinha sido discutida na Conferência África-União Europeia realizada no Cairo, em Abril de 2000. A esse respeito, o Conselho notou que o Comité de

Seguimento da OUA tinha incumbido o Egipto de elaborar as propostas apropriadas para constituir a posição africana sobre a matéria. O Egipto devia submeter um estudo sobre a questão à próxima reunião do Grupo Bi-regional.

205. Em definitivo, o Conselho unicamente exprimiu todo o seu apoio à iniciativa etíope.

4. Análise do Processo em curso que visa a elaboração de um Protocolo Adicional à Convenção de Argel sobre a luta contra o Terrorismo com vista à criação de um Mecanismo Operacional de Implementação da referida Convenção – Doc. CM/2264 (LXXVI) Add.7

206. Este ponto foi brevemente introduzido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Senegal, Sr. Cheick Tidiane Gadio que lembrou a iniciativa tomada pelo Presidente Abdoulaye Wade de convocar uma Cimeira Africana em Dakar, a 17 de Outubro de 2001, na sequência dos graves acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos, tendo a referida Cimeira adoptado a Declaração de Dakar que apelava à operacionalização rápida da Convenção de Argel de 1999 sobre a prevenção e a luta contra o terrorismo. O Ministro observou que o Senegal tinha solicitado a inscrição deste ponto para que o Conselho fosse informado do Processo desta operacionalização.

207. Para complementar essas informações, o Secretário-Geral Adjunto da OUA para os Assuntos Políticos, informou o Conselho dos esforços envidados pela OUA após a Cimeira de Dakar, nomeadamente a reunião do Órgão Central a nível ministerial, realizada a 11 de Novembro de 2001, em Nova Iorque, e as acções empreendidas para a convocação de uma reunião de altos funcionários dos Estados Membros especializados nos sectores pertinentes da luta contra o terrorismo, em Argel, em Junho de 2002, para analisar as vias e meios de um quadro de acção e de mecanismos apropriados para a implementação da Convenção, incluindo a eventual elaboração de um Protocolo Adicional ou de um Plano de Acção. Realçou que a reunião não se realizou como prevista, devido à necessidade de atribuir mais tempo para os preparativos técnicos necessários por parte do Secretariado. A reunião foi deste modo adiada para Setembro de 2002. Para o efeito, o Secretariado tinha conseguido mobilizar recursos extra-orçamentais para assegurar as despesas de dois altos funcionários por Estado Membro, a fim de facilitar a sua participação.

208. O Ministro Delegado dos Negócios Estrangeiros da Argélia responsável pelos Assuntos da África e Magreb tomou a palavra igualmente para confirmar a realização desta reunião em Argel, de 11-13 de Setembro de 2002 e solicitou que todos os Estados Membros enviassem peritos qualificados nos sectores especializados de luta contra o terrorismo. Exprimiu ainda a disposição do seu país, que prestou o mais elevado tributo na luta contra o terrorismo, a colocar a sua experiência ao serviço da comunidade internacional, e mais particularmente ao serviço dos Estados Membros. Lançou um apelo para a ratificação rápida da Convenção de Argel.

209. Uma delegação desejou igualmente que a reunião de Argel não se limitasse apenas à experiência dos países africanos, mas também à escala internacional, uma vez que as fontes de financiamento do terrorismo e o tráfico de armas se encontram ou são facilitados nos países exteriores ao continente, como já foi feito referência nas reuniões das Nações Unidas, da União Europeia e no Fórum do Mediterrâneo.

210. O Conselho tomou nota de todas as informações relativas a este ponto e lançou mais uma vez, um apelo para a ratificação urgente e a implementação efectiva da Convenção de Argel. Exortou igualmente os Estados Membros a participarem activamente e a nível de peritos, necessários na reunião de Argel, com vista à implementação da Convenção.

DATA E LOCAL DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO EXECUTIVO DA UNIÃO

211. O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Integração Africana da República do Chade informou o Conselho sobre a oferta do seu país no sentido de acolher a Primeira Sessão do Conselho Executivo em N'djamena, em Fevereiro de 2003.

212. O Conselho aceitou a oferta com gratidão.

DIVERSOS

213. O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação do Togo, informou o Conselho sobre os programas e actividades do Centro das Nações Unidas para a Paz e o Desarmamento, sediado em Lome. Realçou o papel do Centro nos domínios da resolução de conflitos armados e no combate à proliferação ilícita de armas ligeiras e de pequeno porte. Adiantou que, apesar dos serviços competentes do Centro serem muito procurados pelos Estados Membros, os seus recursos financeiros continuam a sofrer decréscimo devido aos atrasos, por parte dos Estados Membros, no pagamento das suas contribuições. O Ministro apelou aos Estados Membros que pagassem as suas contribuições e adiantou que o seu país se tinha oferecido a acolher uma Reunião Ministerial com o objectivo mobilizar recursos para o Centro e analisar a possibilidade de constituir um Grupo de Amigos do Centro para auxiliar a promover as suas actividades e angariar os recursos necessários.

214. O Conselho tomou nota e agradeceu a declaração feita pelo Ministro do Togo e apoiou o seu apelo à mobilização de recursos para o Centro.

215. O chefe da delegação da Tunísia tomou a palavra para informar o Conselho da iniciativa tomada pelo Presidente Ben Ali em 1998 no sentido de criar um Fundo de Solidariedade Mundial, e apresentou os progressos atingidos na implementação dessa iniciativa a nível das Nações Unidas, bem como nas negociações contínuas entre a OUA e as Nações Unidas sobre essa matéria. Referindo-se à experiência do seu país no tocante ao Fundo de Solidariedade Nacional e de Luta Contra a Pobreza, que contribuiu para reduzir efectivamente a pobreza nas aldeias tunisinas, o Ministro afirmou que o Fundo de Solidariedade Mundial seria de muita utilidade no domínio do combate à pobreza em África. O Ministro propôs que a Cimeira da OUA/AU continuasse a apoiar os esforços no sentido de obter aprovação do relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre o Fundo, cujos mecanismos se prevê implementar no mais breve possível.

216. O Conselho apoiou firmemente a proposta da Tunísia e salientou a importância da operacionalização do Fundo de Solidariedade Mundial para a Redução da Pobreza em África.

217. Por sua vez, o chefe da delegação do Senegal levantou a questão da mulher na edificação da União Africana. Salientou a importância de integrar a diáspora africana na construção da União Africana; também lembrou as contribuições valiosas dos Fundadores e de todos quanto tenham defendido a causa do pan-africanismo, quer no continente quer na diáspora, e apelou ao Conselho que lhes proporcionasse a devida homenagem.

218. Por último, o chefe da delegação do Senegal realçou o papel decisivo desempenhado pelo Col. Muammar Al-Qaddafi, chefe da Revolução Líbia no restabelecimento do projecto da União Africana. Diversas delegações tomaram a palavra para apoiar esta declaração.

219. O Conselho aprovou a proposta feitas pela delegação Senegalesa no tocante ao efectivo envolvimento da mulher em toda a diáspora Africana, no trabalho da União Africana

RELATÓRIO DO COMITÉ MINISTERIAL SOBRE CANDIDATURAS

220. O Presidente do Comité Ministerial sobre Candidaturas, Sr. Rodolphe Adada, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República do Congo, apresentou ao Conselho o Relatório do Comité que se havia reunido em duas sessões, a 3 e 5 de Julho de 2002, para analisar todas as candidaturas submetidas pelos Estados Membros. As recomendações foram encaminhadas ao Conselho para aprovação.

221. O Conselho aprovou todas as recomendações apresentadas pelo Comité.

X. ANÁLISE DO PROJECTO DE AGENDA DA 38ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO E DA SESSÃO INAUGURAL DA UNIÃO AFRICANA

222. O Projecto de Relatório foi apresentado pelo Relator, Sr. Kolawole A. Idji, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Integração Africana. Na sua apresentação introdutória, o Sr. Idji chamou a atenção do Conselho para os pontos salientes do projecto de Relatório, em seguida e lembrou as principais decisões e recomendações da presente sessão.

223. Na sequência dos debates que se seguiram, o Conselho adoptou o seu relatório com algumas emendas. O Conselho analisou também e adoptou trinta e nove (39) projectos de decisão que estão anexos ao presente relatório. Ele recomendou igualmente que fossem submetidos à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, alguns projectos de Decisão e Declarações que não faziam parte das deliberações.

CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO

224. Na sequência dos debates, a Presidente da 76^a Sessão do Conselho de Ministros da OUA, recordou que nas vésperas do lançamento oficial da União, a África vive um momento histórico, marcado pela última sessão da OUA. Ela admitiu que não seria necessário aceitar a ideia de enterrar a OUA, mas sim, festejar o nascimento da União Africana. Por esta razão, seria necessário dotar a União de um mecanismo que lhe permita ter um bom começo. Finalmente ela exortou os africanos a fazerem um balanço das acções da OUA, para eliminar, no quadro da União, todas as práticas que não foram eficazes para a OUA.

225. Depois desta intervenção, algumas delegações usaram da palavra para felicitar, em nome do Conselho, o dinamismo e a eficácia com que os trabalhos do Conselho foram efectuados.

226. Intervindo por sua vez, para a moção de agradecimento, Sr. Mahamt Saleh, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República do Chade, apreciou o trabalho notável realizado pelo Conselho e que marca um capítulo na vida da OUA. Ele agradeceu, em nome dos seus colegas a todo o Secretariado Geral pela sua dedicação à causa da África. Seguidamente, reiterou os agradecimentos do Conselho à África do Sul, ao Governo e ao povo sul-africanos pelas excelentes facilidades colocadas à disposição das diferentes delegações. Ele desejou que o lançamento da União Africana trouxesse um melhor futuro para todos os africanos.

227. Depois desta alocução, a Presidente, por sua vez, em nome do Conselho, agradeceu todas as pessoas que de longe ou de perto contribuíram para o sucesso da reunião e declarou encerrados os trabalhos da 76^a Sessão do Conselho de Ministros da OUA.